



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - 2016
MUNICÍPIO DE COLNIZA

PROCESSO N.º:	84417/2016
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
CNPJ:	04.213.687/0001-02
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
Ordenador de Despesas:	ESVANDIR ANTONIO MENDES
RELATOR:	JOSÉ CARLOS NOVELLI
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	COLNIZA
NÚMERO OS:	6482/2017
EQUIPE TÉCNICA:	EDSON REIS DE SOUZA, IRIS CONCEIÇÃO SOUZA DA SILVA



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. GESTORES.....	6
3. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA.....	6
4. RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO.....	7
4.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município).....	7
4.1.1. Plano Plurianual - PPA.....	8
4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.....	8
4.1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA.....	9
4.1.3.1. Alterações Orçamentárias.....	9
4.1.4. Execução Orçamentária dos Programas de Governo.....	11
4.1.4.1. Execução Orçamentária.....	11
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS.....	12
5.1. Responsabilidade Técnica.....	13
5.2. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320/64).....	13
5.2.1. Resultado da arrecadação orçamentária - quociente de execução da receita (QER).....	13
5.2.2. Quociente de execução da despesa (QED).....	14
5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO).....	14
5.3. BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei nº 4.320/64).....	15
5.3.1. Restos a pagar.....	15
5.3.1.1. Quociente de disponibilidade financeira para pagamento de restos a pagar.....	16
5.3.1.2. Quociente de inscrição de restos a pagar.....	16
5.3.1.3. Resultado dos Saldos Financeiros (Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros).....	17
5.4. BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei nº 4.320/64).....	17
5.4.1. Situação financeira - Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS.....	17
5.4.2. Dívida Pública.....	18
5.4.2.1. Quociente do Limite de Endividamento - QLE.....	19
5.4.2.2. Quociente da Dívida Pública Contratada (QDPC).....	19
5.4.2.3. Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP).....	20
5.5. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA.....	21
5.6. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA.....	23
5.6.1. Despesa Total.....	23
5.6.2. Educação.....	23
5.6.2.1. Limites Constitucionais e Legais.....	23
5.6.2.1.1. Ensino.....	24
5.6.2.1.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.....	24
5.6.2.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da educação.....	25
5.6.2.2.1. Indicadores da educação - rede municipal.....	25



5.6.3. Saúde.....	29
5.6.3.1. Limites Constitucionais e Legais.....	29
5.6.3.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da saúde.....	30
5.6.3.2.1. Indicadores da saúde.....	30
5.6.4. Pessoal.....	33
5.6.4.1. Regime Previdenciário.....	33
5.6.4.2. Limites Legais.....	33
Quadro 8.7 - Gastos com Pessoal Detalhado.....	35
5.7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	37
5.8. TRANSPARÊNCIA.....	37
5.8.1. Audiências públicas.....	37
5.8.2. Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais.....	38
5.8.3. Conselhos.....	38
5.8.4. Conselhos Tutelares.....	38
5.8.5. Prestação de Contas Anuais de Governo.....	39
5.8.6. Comissão de Transição.....	40
6. POSTURA ANTE OS ALERTAS E RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO.....	40
7. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL.....	42
8. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES.....	43
9. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO.....	43
Anexo 1 - ORÇAMENTO.....	44
Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período - Anexo.....	44
Quadro 1.2 - Despesas por Categoria Econômica.....	50
Quadro 1.3 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias.....	50
Quadro 1.4 - Alterações Orçamentárias Leis Autorizativas.....	50
Anexo 2 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS.....	53
Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO (Exceto Operações Intraorçamentárias).....	53
Quadro 2.2 - Resultado Orçamentário Consolidado do RPPS - Exceto Intra.....	53
Quadro 2.3 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado.....	54
Anexo 3 - RESTOS A PAGAR.....	55
Quadro 3.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados.....	55
Quadro 3.2 - Indicador de Disponibilidade Financeira por Fonte do Município - Exceto RPPS.....	56
Quadro 3.3 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2016 – Poder Executivo (ART. 42 – LRF).....	60
Quadro 3.4 - Disponibilidade para Pagamento de RP - 31/12/2016 - Poder Executivo (ART. 42 – LRF).....	64
Anexo 4 - DÍVIDA.....	69
Quadro 4.2 - Dívida Consolidada Líquida - RPPS.....	69
Quadro 4.3 - Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP).....	69
Quadro 4.4 - Dívida Pública Contratada no Exercício.....	70
Quadro 4.5 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS.....	70
Quadro 4.6 - Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS.....	70
Anexo 5 - RECEITA.....	73
Quadro 5.1 - Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita.....	73



Quadro 5.2 - Receita Corrente Líquida (RCL).....	73
Quadro 5.3 - Deduções para RCL.....	74
Anexo 6 - ENSINO.....	75
Quadro 6.1 - Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212, CF).....	75
Quadro 6.2 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF).....	75
Quadro 6.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para pagamento de RP Processados do Ensino.....	76
Quadro 6.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	76
Quadro 6.5 - Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério. Recursos FUNDEB.....	77
Anexo 7 - SAÚDE.....	78
Quadro 7.1 - Receita base para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.....	78
Quadro 7.2 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde.....	78
Quadro 7.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para Pagamento de Restos a Pagar da Saúde.....	79
Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como ações e serviços públicos de Saúde.....	80
Anexo 8 - PESSOAL.....	81
Quadro 8.1 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo /Janeiro a Junho.....	81
Quadro 8.2 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo /Julho a Dezembro.....	83
Quadro 8.3 - Gastos com pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22 da LRF).....	85
Quadro 8.4 - Gastos com pessoal. Poder Legislativo (arts. 18 a 22 LRF).....	86
Quadro 8.5 - Apuração do cumprimento do limite legal individual - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016.....	86
Quadro 8.6 - Apuração do cumprimento do limite legal - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016.....	87
Anexo 9 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL.....	91
Quadro 9.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art.29-A, CF).....	91
Quadro 9.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF).....	91
APÊNDICE - A - DESPESAS COM PESSOAL LANÇADAS PELA EQUIPE DE AUDITORIA.....	93
APÊNDICE - B - MERENDA ESCOLAR.....	96
APÊNDICE - C - RREO_6º Bimestre e RGF do 3º Quadrimestre.....	98



1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 e aos arts. 29, inciso I e 149, inciso V da Resolução Normativa nº 14/2007/TCE-MT, apresenta-se o Relatório de Auditoria com o resultado do exame das contas anuais do Município de COLNIZA, exercício financeiro de 2016 com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Este relatório foi elaborado no período de 7/06/2017 a 21/06/2017 na sede do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 6482/2017, e em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, bem como aos critérios contidos na legislação vigente.

Características do Município:

Data de Criação do Município	26/11/1998
Área Geográfica	24.477
Distância Rodoviária do Município à Capital	1.065 km
Estimativa de População do Município - IBGE - 2016	33.575

Site:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

Parecer Prévio pelo TCE-MT de 2012 a 2015

Exercício 2012	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2013	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2014	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2015	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO

Sistema Control-P

IGFM – Índice de Gestão Fiscal dos Municípios – 2012 a 2016

Trata-se de uma ferramenta que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso, subsidiados pelos dados recebidos por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC.

Mediante a análise da evolução do IGFM - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS nos últimos cinco anos é possível compreender qual é o atual cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

O indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:



1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.

2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.

3. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.

4. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.

5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.

6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS: avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,8 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,4 pontos.

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF do município de .

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Liquidez	IGFM - Investimento	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
2012	0,15	0,58	0,40	0,70	0,57	1,00	0,52	91
2013	0,16	0,37	0,84	0,22	0,59	0,90	0,47	86
2014	0,17	0,40	0,74	0,57	0,67	1,00	0,54	77
2015	0,17	0,39	1,00	0,42	0,60	1,00	0,56	87
2016	0,15	0,40	1,00	0,44	0,70	1,00	0,57	56

Site TCE (índice IGFM TCE-MT)

Da análise do quadro acima, pode-se constatar:

O Índice de Gestão Fiscal (IGFM) - IGF Geral no exercício de 2016 foi de 0,57 mostrando que o Município de Colniza alcançou o Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE), pois o seu resultado foi inferior a 0,6 pontos.

Observa-se que a posição do município no ranking MT, em 2016, foi a 56ª posição, apresentando melhora em relação ao ano anterior (2015) quando estava na 87ª posição.

De acordo com a classificação nos conceitos estabelecidos acima, em A, B, C e D, os resultados de 2016 foram os seguintes:

Indicador	Resultado	Classificação	Conceito
IGFM - Receita própria	0,15	D	Gestão crítica
IGFM - Gasto de Pessoal	0,40	C	Gestão em dificuldade



IGFM - Liquidez	1,00	A	Gestão de excelência
IGFM - Investimento	0,44	C	Gestão em dificuldade
IGFM - Custo Dívida	0,70	B	Boa gestão
IGFM - RES. ORÇ. RPPS	1,00	A	Gestão de excelência
IGFM Geral	0,57	C	Gestão em dificuldade

2. GESTORES

As contas do Município no exercício de 2016 estiveram sob gestão conforme segue:

Prefeito Municipal:

NOME	CARGO	PERÍODO
JOAO ASSIS RAMOS	GESTOR	01/01/2016 a 31/01/2016
ESVANDIR ANTÔNIO MENDES	GESTOR	01/02/2016 a 23/03/2016
JOAO ASSIS RAMOS	GESTOR	24/03/2016 a 13/04/2016
ESVANDIR ANTÔNIO MENDES	GESTOR	14/04/2016 a 31/12/2016

Control-p

Presidente da Câmara:

NOME:	PERÍODO:
JOSE ANTONIO DE LIMA SILVA	01/01/2016 a 31/12/2016

Control-P

3. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

a) PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA:



- Prefeitura Municipal de COLNIZA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

Administração Indireta
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE COLNIZA

b) PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de COLNIZA

4. RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO

Este tópico trata da análise das ações de governo.

4.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos de que os Entes Federativos se utilizam para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 166, e incisos, da Resolução Normativa TCE-MT nº 14/2007, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Nesse sentido, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações a fim de verificar as situações encontradas com os critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.



A seguir serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

4.1.1. Plano Plurianual - PPA

O PPA foi instituído pela Constituição Federal de 1988 que dispõe em seu art. 165, I, § 1º:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

(...)

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA é um planejamento estratégico de médio prazo (4 anos), no qual estão inseridos os programas que o governo pretende realizar, ordenando as respectivas ações para que se atinja os objetivos e metas estabelecidos nos quatro anos de mandato.

O PPA do Município de COLNIZA para o quadriênio 2014 a 2017, foi instituído pela Lei nº 576, de 04/12/2013, e foi protocolada sob o nº 466-9/2014 no TCE-MT em 13/01/2014, portanto, em conformidade com o estabelecido no art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que estabelece o encaminhamento dessa peça de planejamento até 31 de dezembro do ano em que foi votada. O PPA não foi alterado no exercício em análise.

4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Inovação estabelecida na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO dispõe sobre as metas e prioridades do Poder Público, incluindo as despesas de capital para o exercício seguinte, disciplina a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, dispõe sobre as modificações da legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO é o instrumento estabelecido na Constituição Federal para fazer a ligação entre o PPA e a LOA, tendo como objetivo primeiro o estabelecimento dos parâmetros necessários à alocação de recursos no orçamento anual, de forma a viabilizar, na medida do possível, o atingimento das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no PPA que foram priorizados na LDO.

A LDO do Município de COLNIZA, para o exercício de 2016, foi instituída pela Lei nº 633, de



06/07/2015, foi protocolada sob o nº 279692/2015 no TCE-MT em 15/12/2015, de acordo, portanto, com o art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final para seu encaminhamento a este Tribunal até o dia 31 de dezembro do ano em que foi votada.

1) A LDO dispõe sobre as matérias definidas na legislação (art. 165, § 2º, da Constituição Federal e art. 4º da LRF).

4.1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes dos Entes Federativos, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o Orçamento de Investimento das empresas em que os Entes, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto; e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A elaboração da LOA será orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e compatibilizada com o Plano Plurianual (PPA).

A LOA do Município de COLNIZA para o exercício de 2016 foi publicada no dia 28/12/2015, conforme Lei nº 641, de 28/12/2015, e foi protocolada sob o nº 10774/2017 no TCE-MT em 21/01/2016, de acordo, portanto, com o art. 166, I, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final de envio dessa peça de planejamento até o dia 15 de janeiro de cada ano.

A referida peça de planejamento estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 65.500.000,00 para aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). O orçamento do Fundo de Previdência do Servidor Municipal, órgão vinculado a Administração Direta do Município de Colniza, integrante do Orçamento da Seguridade Social, foi fixado em R\$ 4.000.000,00. Não houve orçamento de investimento.

1) A LOA foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO. (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF).

2) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e não houve orçamento de investimentos (art. 165, § 5º da CF).

3) A LOA dispõe sobre as matérias definidas na legislação e atende o princípio da exclusividade (art. 165, §§ 5º ao 8º, CF; art. 5º, LRF).

4.1.3.1. Alterações Orçamentárias



Durante a execução do orçamento podem ocorrer fatos novos ou imprevisíveis que ampliam ou diminuem as necessidades coletivas planejadas, ocasionando a necessidade de se retificar o orçamento vigente. Esse mecanismo de alteração do orçamento vigente é viabilizado por meio da utilização dos chamados créditos adicionais.

Nesse sentido os créditos adicionais possibilitam que o orçamento seja readequado às reais necessidades da coletividade, consistindo em autorizações de despesas não previstas inicialmente ou insuficientemente dotadas.

Os Créditos Adicionais estão disciplinados pelos arts. 166, 167 e 168 da Constituição Federal, bem como nos arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/64.

Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no Orçamento de mediante a abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município de , e o correspondente orçamento final.

Créditos Adicionais do Período:

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 65.500.000,00	R\$ 24.175.787,00	R\$ 767.564,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.176.501,00	R\$ 66.266.850,00	1,17%

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Unidade Orçamentária.

Créditos Adicionais – por fonte de financiamento:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 23.932.987,00
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 891.364,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 119.000,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento.

A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2012 a 2016, indica que a administração municipal vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO ORÇAMENTO					
	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Estimada - R\$	R\$ 40.063.369,08	R\$ 43.298.588,76	R\$ 54.794.950,00	R\$ 63.000.000,00	R\$ 65.500.000,00
Variação %	-	8,07%	26,55%	14,97%	3,96%



Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (exercício em análise).

Da análise das alterações orçamentárias realizadas por meio de créditos adicionais constatou-se o que segue:

- 1) Não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (art. 167, inc. VII, CF).
- 2) Os créditos adicionais suplementares e especiais foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo (art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64).
- 3) Os créditos adicionais - suplementares ou especiais foram abertos com a indicação dos recursos efetivamente existentes (art. 167, inc. V, CF).
- 4) Na abertura do crédito adicional especial assegurou-se a compatibilidade com a LDO (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF).
- 5) A transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro ocorreram com prévia autorização legislativa (art. 167, inc. VI, CF).

4.1.4. Execução Orçamentária dos Programas de Governo

Demonstra-se, a seguir, o resultado da execução do orçamento sob a ótica do cumprimento das metas previstas no PPA e LDO e da realização de programas de governo e dos orçamentos:

4.1.4.1. Execução Orçamentária

Programas de Governo – Previsão e Execução:

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0009	COLNIZA LEGAL	R\$ 1.700.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 134.000,00	44,66%
0002	COLNIZA SUSTENTÁVEL	R\$ 380.000,00	R\$ 1.294.828,22	R\$ 618.352,17	47,75%
0006	EDUCAR MAIS	R\$ 22.803.000,00	R\$ 22.428.291,66	R\$ 22.089.294,79	98,48%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0003	FALANDO EM TURISMO	R\$ 65.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0008	FORMANDO CAMPEÕES	R\$ 260.000,00	R\$ 116.853,26	R\$ 116.853,26	100,00%
0007	FORTALECENDO A CULTURA	R\$ 55.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0012	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA	R\$ 7.947.800,00	R\$ 12.226.517,94	R\$ 11.797.091,03	96,48%
0010	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$ 11.890.000,00	R\$ 6.660.384,76	R\$ 6.526.697,12	97,99%
0004	INTEGRAAAO - HOMEM NATUREZA	R\$ 75.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0001	INTEGRAAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IDES	R\$ 649.000,00	R\$ 758.128,10	R\$ 734.484,83	96,88%
0013	PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 736.666,02	18,41%
0014	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$ 1.860.000,00	R\$ 1.951.593,49	R\$ 1.941.843,12	99,50%
0017	PROGRAMA PLANO DE ACOES ARTICULADAS FNDE/PAR/INFRAESTRUTURA ESCOLAR	R\$ 0,00	R\$ 36.423,96	R\$ 0,00	0,00%
0016	PROGRAMA PLANO DE ACOES ARTICULADAS FNDE/PAR/PROINFO	R\$ 0,00	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0015	PROGRAMAS DA EDUCACAO FNDE/MEC	R\$ 0,00	R\$ 227.834,75	R\$ 0,00	0,00%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 635.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0011	SANEAMENTO BÁSICO	R\$ 850.000,00	R\$ 1.016.572,28	R\$ 991.472,78	97,53%
0005	SAÚDE INTEGRAL	R\$ 12.330.200,00	R\$ 15.169.421,58	R\$ 14.665.611,99	96,67%
		R\$ 65.500.000,00	R\$ 66.266.850,00	R\$ 60.352.367,11	
		R\$ 65.500.000,00	R\$ 66.266.850,00	R\$ 60.352.367,11	91,07%

APLIC>Informes Mensais>Despesa>Despesa Orçamentária por Programa.

5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município.



5.1. Responsabilidade Técnica

A contabilidade do município foi consolidada na Prefeitura Municipal, sob a responsabilidade de:

Nome:	Período:	CRC:
LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI	01/01/2016 a 31/12/2016	CRC MT 009217/O-2

Control-P

5.2. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil em que se comparam as receitas previstas em confronto com as realizadas, assim como as despesas fixadas e as realizadas.

Sua análise permite verificar se há compatibilidade ou não entre planejamento (valores da Lei Orçamentária) e execução, entre autorizações e realizações, em resumo, entre entradas de recursos e suas aplicações.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Orçamentário do exercício de 2016 do Município de COLNIZA:

5.2.1. Resultado da arrecadação orçamentária - quociente de execução da receita (QER)

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

1) quociente de execução da receita (QER)

A	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA - Exceto intra	R\$ 64.200.000,00
B	RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA - Exceto intraorçamentaria	R\$ 65.942.431,74
QER	B/A	1,027



Esse resultado indica que a receita arrecadada é maior do que a prevista – excesso de arrecadação.

5.2.2. Quociente de execução da despesa (QED)

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

1) Quociente de execução da despesa (QED)

A	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Previsão Atualizada	R\$ 64.857.235,43
B	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Execução	R\$ 58.944.655,38
QED	B/A	0,908

Esse resultado indica que despesa realizada é menor do que a autorizada – economia orçamentária.

As despesas foram realizadas com observância ao limite do crédito orçamentário (art. 167, inc. II, CF).

5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO)

A seguir apresenta-se histórico da execução orçamentária de 2012 a 2016:

	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Arrecadada	R\$ 44.598.017,41	R\$ 44.500.713,76	R\$ 52.796.591,82	R\$ 53.294.369,48	R\$ 61.049.292,20
Despesas Realizadas	R\$ 42.194.008,24	R\$ 39.938.766,02	R\$ 51.266.057,62	R\$ 52.752.777,38	R\$ 58.207.989,36
Resultado Orçamentário (R\$)	R\$ 2.404.009,17	R\$ 4.561.947,74	R\$ 1.530.534,20	R\$ 541.592,10	R\$ 2.841.302,84

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Aplic (exercício atual)

A partir de 2015, os valores da Receita e Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo



Único da Resolução Normativa TCE/MT nº 43/2013 (Diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados), demonstrados no Anexo 2 – Análise dos Balanços Consolidados, Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - Exceto Operações Intraorçamentárias.

O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superávit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

Da análise dos quocientes do Balanço Orçamentário constatou-se o que segue:

1) Resultado da Execução Orçamentária

A	RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 61.049.292,20
B	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 58.207.989,36
QREO	A/B	1,048

Esse resultado indica que receita arrecadada é maior do que a despesa realizada – superávit orçamentário de execução.

5.3. BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Financeiro é demonstração obrigatória para a contabilidade pública.

Por meio deste demonstrativo contábil é possível analisar a gestão financeira do Município, pois representa um grande fluxo de caixa da administração pública. Evidencia o saldo financeiro do exercício anterior, que, acrescido das receitas arrecadadas e subtraído das despesas realizadas, resulta no saldo financeiro para o exercício seguinte.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Financeiro do exercício de 2016 do Município de COLNIZA :

5.3.1. Restos a pagar

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante do Exercício. Dividem-se em processados (despesas liquidadas e não pagas) e em não processados (despesas apenas empenhadas).



1) Não houve contratação de obrigação de despesas nos 02 últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade de caixa, cumprindo assim com o art. 42, caput e Parágrafo Único da LC nº 101/2000.

5.3.1.1. Quociente de disponibilidade financeira para pagamento de restos a pagar

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado no Quadro 3.2 do Anexo 3 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados e Não Processados).

1) Quociente de disponibilidade financeira - Exceto RPPS

A	Disponibilidade Bruta - Exceto RPPS	R\$ 7.043.929,82
B	Obrigações Financeiras - Exceto RPPS	R\$ 0,00
D	Restos a Pagar não Processados - Exceto RPPS	R\$ 1.865.498,59
C	Restos a Pagar Processado - Exceto RPPS	R\$ 842.291,51
QDF	(A-B)/(C+D)	2,601

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar (Processados e Não Processados), há R\$ 2,601 de disponibilidade financeira.

5.3.1.2. Quociente de inscrição de restos a pagar

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

1) quociente de inscrição de restos a pagar

B	TOTAL DESPESAS - EXECUÇÃO	R\$ 60.352.367,11
A	TOTAL INSCRIÇÃO	R\$ 2.544.878,32
QIRP	A/B	0,042



Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,042 foram inscritos em restos a pagar no exercício.

5.3.1.3. Resultado dos Saldos Financeiros (Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros)

Este indicador é obtido por meio da relação entre o Saldo Financeiro para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior e tem por objetivo indicar o resultado financeiro sobre o saldo em espécie. Caso o indicador seja maior que 1, houve saldo financeiro positivo. Se for menor que 1, houve saldo financeiro negativo.

Esse resultado indica que;

1) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

B	Saldo Financeiro do ano anterior	R\$ 12.955.888,41
A	Saldo financeiro do ano seguinte	R\$ 7.043.929,82
QRSF	A/B	0,543

Saldo que passa para o exercício seguinte é menor do que o saldo do exercício anterior. Isso demonstra que houve saldo financeiro negativo, isto é, os recebimentos do exercício foram menores do que os pagamentos.

5.4. BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que apresenta de forma qualitativa e quantitativa a posição patrimonial e financeira da empresa em um determinado período de tempo. Este demonstrativo é estático e pode-se dizer que representa uma "fotografia" do patrimônio do Município naquele dado momento.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Patrimonial do exercício de 2016 do Município de COLNIZA:

5.4.1. Situação financeira - Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS



Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

Este último, pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

O Cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 4.5 do Anexo 4 (Dívida) deste Relatório de Contas de Governo.

1) Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS

A	TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 7.043.929,82
B	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 2.816.787,87
QSF	A/B	2,500

Esse resultado indica que houve superávit financeiro.

5.4.2. Dívida Pública

Conforme estabelecido no art. 29, inc. I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inc. III, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos. (art. 1º, § 1º, inc. V, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal).

1) Não foi realizada contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao final do mandato do chefe do Executivo, cumprindo assim o comando contido no art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.



2) Não houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita no último ano de mandato, cumprindo o art. 38, IV, "b", da Lei Complementar nº 101/2000, art. 15, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

5.4.2.1. Quociente do Limite de Endividamento - QLE

O Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 5.1 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 5 (Dívida Pública).

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

1) O montante da dívida consolidada líquida está adequado ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente do Limite de Endividamento - QLE - Exceto RPPS

B	RCL	R\$ 61.816.787,32
A	DCL	R\$ 0,00
QLE	A/B	0,000

Este resultado indica que a soma das obrigações de longo prazo é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Este resultado indica cumprimento do limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001).

5.4.2.2. Quociente da Dívida Pública Contratada (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com



organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas "operações de crédito", definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, como "os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".

O art. 7º, I, da Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

1) A contratação da dívida está adequada ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente da Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC)

B	RCL	R\$ 61.816.787,32
A	TOTAL DA DIVIDA	R\$ 0,00
QDPC	A/B	0,000

Esse resultado indica que a soma das obrigações de longo prazo contratadas é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

De acordo com as informações do Sistema APLIC, não houve contratação de dívida no exercício em análise.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

5.4.2.3. Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

Os Dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, II, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

1) A amortização, juros e demais encargos da dívida consolidada estão adequados ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)



B	RCL	R\$ 61.816.787,32
A	Total Dispendios da Dívida Pública	R\$ 371.184,95
QDDP	A/B	0,006

Esse resultado indica que a soma dos dispêndios da dívida pública é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, II, da Resolução do Senado nº 43/2001).

5.5. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Da análise da Receita Consolidada constatou-se o que segue:

Para o exercício, a Receita Total prevista, inclusive Intraorçamentária, foi de R\$ 65.500.000,00, sendo arrecadado o montante de R\$ 67.551.811,37, conforme demonstrado no Quadro 5.1 do Anexo 5.

A série histórica das receitas orçamentárias do Município (Exceto Intraorçamentária), no período de 2012/2016, revela crescimento na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	R\$ 40.725.835,22	R\$ 43.401.865,18	R\$ 60.159.742,15	R\$ 53.634.386,14	R\$ 63.811.643,43
Receita Tributária	R\$ 1.439.354,50	R\$ 1.741.968,26	R\$ 2.201.783,39	R\$ 2.305.093,39	R\$ 2.178.753,75
Receita de Contribuição	R\$ 973.034,06	R\$ 1.037.560,81	R\$ 1.180.778,39	R\$ 1.395.326,38	R\$ 1.811.913,23
Receita Patrimonial	R\$ 1.829.335,68	R\$ 920.357,70	R\$ 2.362.285,14	R\$ 2.148.145,99	R\$ 4.550.549,12
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 219.968,45	R\$ 226.953,94	R\$ 274.243,55	R\$ 259.792,28	R\$ 136.248,35
Transferências Correntes	R\$ 39.989.416,11	R\$ 43.582.363,17	R\$ 48.566.452,58	R\$ 52.293.172,55	R\$ 60.449.935,77
Outras Receitas	R\$ 306.371,95	R\$ 267.936,95	R\$ 546.829,12	R\$ 320.517,38	R\$ 678.309,26
Dedução	-R\$ 4.031.645,53	-R\$ 4.375.275,65	-R\$ 5.027.369,98	R\$ 5.087.661,83	-R\$ 5.994.066,05
Receitas de Capital	3.872.182,19	R\$ 1.098.848,58	R\$ 2.691.589,63	R\$ 2.452.520,00	R\$ 2.130.788,31
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Capital	R\$ 3.872.182,19	R\$ 1.098.848,58	R\$ 2.691.589,63	R\$ 2.452.520,00	R\$ 1.701.340,06
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Origens das Receitas	2012	2013	2014	2015	2016
Amortização de Empréstimos + Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 429.448,25
Total das receitas	R\$ 44.598.017,41	R\$ 44.500.713,76	R\$ 52.796.591,82	R\$ 56.086.906,14	R\$ 65.942.431,74
Receita Tributária Própria	R\$ 1.797.241,09	R\$ 2.040.110,65	R\$ 2.571.901,18	R\$ 2.632.549,51	R\$ 2.738.075,36
% de Receita Tributária Própria	4,02%	4,58%	4,87%	4,69%	4,15%
% Média de RTP	4,46%				

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Sistema Aplic (exercício atual)

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de 4,15%, conforme demonstrado no quadro anterior.

Segue abaixo quadro da Receita Tributária Própria.

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
Impostos	R\$ 1.526.000,00	R\$ 1.739.509,14	63,53%
IPTU	R\$ 176.000,00	R\$ 129.412,03	4,72%
IRRF	R\$ 520.000,00	R\$ 397.468,47	14,51%
ISSQN	R\$ 650.000,00	R\$ 988.039,43	36,08%
ITBI	R\$ 180.000,00	R\$ 224.589,21	8,20%
Taxas	R\$ 2.480.000,00	R\$ 433.739,79	15,84%
Contribuição de Melhoria	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	0,00%
CIP (Contribuição de Iluminação Pública)	R\$ 140.000,00	R\$ 455.270,23	16,62%
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre Tributos	R\$ 24.000,00	R\$ 13.961,03	0,51%
Dívida Ativa Tributária	R\$ 270.000,00	R\$ 72.346,11	2,64%
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre a Dívida Ativa Tributária	R\$ 75.000,00	R\$ 23.249,06	0,84%
TOTAL	R\$ 4.525.000,00	R\$ 2.738.075,36	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria.



5.6. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

5.6.1. Despesa Total

Para o exercício de 2016, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de R\$ 66.266.850,00, sendo realizado (empenhado) o montante de R\$ 60.352.367,11.

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2012/2016, revela aumento, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Grupo de despesas	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas correntes	R\$ 34.097.264,62	R\$ 36.557.889,60	R\$ 44.778.035,75	R\$ 48.872.214,34	R\$ 53.868.487,60
Pessoal e encargos sociais	R\$ 18.647.476,94	R\$ 21.476.303,51	R\$ 24.558.027,33	R\$ 26.623.833,86	R\$ 31.697.915,20
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 11.726,72	R\$ 10.600,15	R\$ 10.030,88	R\$ 13.641,79	R\$ 21.267,33
Outras despesas correntes	R\$ 15.438.060,96	R\$ 15.070.985,94	R\$ 20.209.977,54	R\$ 22.234.738,69	R\$ 22.149.305,07
Despesas de Capital	R\$ 6.405.089,75	R\$ 2.306.559,86	R\$ 4.303.088,83	R\$ 4.605.050,38	R\$ 5.076.167,78
Investimentos	R\$ 6.072.300,47	R\$ 1.964.253,05	R\$ 3.993.898,48	R\$ 4.203.433,05	R\$ 4.726.250,16
Amortização da Dívida + Inversões Financeiras	R\$ 332.789,28	R\$ 342.306,81	R\$ 309.190,35	R\$ 401.617,33	R\$ 349.917,62
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 1.691.653,87	R\$ 2.053.987,84	R\$ 2.184.933,04	R\$ 1.298.787,53	R\$ 1.407.711,73
Total das Despesas	R\$ 42.194.008,24	R\$ 40.918.437,30	R\$ 51.266.057,62	R\$ 54.776.052,25	R\$ 60.352.367,11
Variação - %		-3,02%	25,29%	6,85%	10,18%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e sistema Aplic (exercício atual)

5.6.2. Educação

5.6.2.1. Limites Constitucionais e Legais



5.6.2.1.1. Ensino

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2012/2016, indica que a administração municipal de COLNIZA vem cumprindo a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	26,91%	26,01%	36,85%	25,42%	33,73%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever constitucional por parte do Município, constatou-se que:

1) ENSINO 25%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

5.6.2.1.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006.

É um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.



O art. 60, em seu inciso XII combinado com o inciso I, dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e o art. 22 da Lei 11.494/2007 dispõem que o Município destinará, no mínimo, 60% da receita do referido Fundo para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais do magistério, período 2012/2016, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO - Limite Mínimo Fixado 60%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	61,83%	61,38%	62,59%	65,64%	69,22%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB).

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

1) FUNDEB 60%

O percentual destinado para remuneração e valorização dos profissionais do magistério - ensinos infantil e fundamental de 69,22% assegura o cumprimento do percentual mínimo de 60% estabelecido pela legislação.

5.6.2.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da educação

No período 2012/2016, a avaliação das políticas públicas do Município de apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016
Educação - Escore Município	5,5	5,5	5,5	4,5	5,0

Parecer Prévio (exercícios anteriores)

5.6.2.2.1. Indicadores da educação - rede municipal



Apresentam-se, nesse item, os resultados de políticas públicas de educação do Município, obtidos por meio da avaliação do desempenho em dez indicadores de resultados, selecionados de modo a permitir uma análise de diferentes dimensões da política.

Informa-se que os indicadores são calculados a partir de dados extraídos de fontes oficiais, a saber: INEP e IBGE.

Por meio da Resolução Normativa TCE/MT nº 10/2015 foi aprovada a atualização dos resultados de políticas públicas na área da Educação para o ano de avaliação 2014.

A partir da Tabela 1 (Resultados de políticas públicas. Educação. Rede municipal. Comparação Média Brasil) é possível comparar o desempenho do município em relação à média brasileira.

INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 (%)
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS.	INDICADOR	SCORE	OBS.	
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2015)	54,95	36,09	0	I	35,56	0	I	1,49%
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	7,10	0,70	1	I	0,60	1	I	16,66%
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	12,90	0,10	1	I	0,80	1	I	-87,50%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	1,30	0,40	1	I	0,60	1	I	-33,33%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	4,30	3,50	1	I	5,50	0	I	-36,36%
Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	16,00	4,80	1	I	6,40	1	I	-25,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	53,80	66,67	0	I	66,66	0	I	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	50,50	100,00	0	I	100,00	0	I	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	54,74	100,00	0	I	100,00	0	I	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	51,47	100,00	0	I	50,00	0,5	I	100,00%

Portal do TCE. Legenda: 'I' informado; 'N/I' Não informado; 'N/A' Não se aplica.

Em relação ao seu próprio resultado de avaliação das políticas públicas de educação, o município de



Colniza em 2016 teve escore 5, apresentando uma melhora de 0,5 em relação ao ano de 2015, ano em obteve o escore 4,5.

INDICADORES	MÉDIA BRASIL	ESCORE 2016	ESCORE 2015	Varição Escore
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2015)	54,95	0	0	0
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	7,1	1	1	0
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	12,9	1	1	0
Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	1,3	1	1	0
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	4,3	1	0	1
Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	16	1	1	0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	53,8	0	0	0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	50,5	0	0	0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	54,74	0	0	0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	51,47	0	0,5	-0,5
Resultado		5	4,5	0,5

Em relação à média Brasil, o município esteve pior que a média nacional em 05 itens de avaliação em 2016, quais sejam:

- Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2015)
- Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)
- Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)
- Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)
- Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)

Ainda em relação à média Brasil, o município esteve melhor que a média nacional em 05 itens de avaliação em 2016, quais sejam:

- Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)



- Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)
- Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)
- Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)
- Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)

Analisando a variação dos índices em relação ao ano anterior, observa-se que:

- Houve piora nos seguintes indicadores:

INDICADORES	MÉDIA BRASIL	INDICADOR 2016	INDICADOR 2015	VARIAÇÃO em %
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	7,1	0,7	0,6	16,66%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	51,47	100	50	100,00%

- Houve melhora nos seguintes indicadores:

INDICADORES	MÉDIA BRASIL	INDICADOR 2016	INDICADOR 2015	VARIAÇÃO em %
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2015)	54,95	36,09	35,56	1,49%
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	12,9	0,1	0,8	-87,50%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	1,3	0,4	0,6	-33,33%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	4,3	3,5	5,5	-36,36%
Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	16	4,8	6,4	-25,00%

-
- Mantiveram-se estáveis os seguintes indicadores:

INDICADORES	MÉDIA BRASIL	INDICADOR 2016	INDICADOR 2015	VARIAÇÃO em %
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	53,8	66,67	66,66	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	50,5	100	100	0,00%



Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	54,74	100	100	0,00%
---	-------	-----	-----	-------

5.6.3. Saúde

5.6.3.1. Limites Constitucionais e Legais

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Em 13 de janeiro de 2012, foi publicada a Lei Complementar nº 141 atendendo ao comando do referido dispositivo constitucional.

Em seu art. 7º, a LC nº 141/2012 repetiu o disposto no inciso III do art. 77 do ADCT, ou seja, os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

No período 2012/2016, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, atenderam / não atenderam à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	19,08%	18,67%	23,31%	23,99%	20,09%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde).

Assim, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) SAÚDE 15%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.



5.6.3.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da saúde

No período 2012/2016, a avaliação das políticas públicas do Município de COLNIZA apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016
Saúde - Escore Município	4,0	4,5	7,0	4,0	2,0

Parecer Prévio (exercícios anteriores)

5.6.3.2.1. Indicadores da saúde

A seguir, apresentam-se os resultados de políticas públicas de saúde do Município, obtidos por meio da avaliação do desempenho em dez indicadores de resultados, selecionados de modo a permitir uma análise de diferentes dimensões da política.

Informa-se que os indicadores são calculados a partir de dados extraídos de fontes oficiais, a saber: Datasus, Secretaria Estadual de Saúde e IBGE.

Por meio da Resolução Normativa TCE/MT nº 10/2015 foi aprovada a atualização dos resultados de políticas públicas na área da Saúde.

A partir da Tabela 2 (Resultados de políticas públicas. Saúde. Comparação Média Brasil) é possível verificar o desempenho do município em relação à média brasileira.

INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 %
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS	INDICADOR	SCORE	OBS.	
Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (2014)	6,81	17,74	0	I	4,58	1	I	287,33%
Taxa de Mortalidade Infantil (2014)	12,90	24,39	0	I	9,15	1	I	166,55%
Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2014)	64,62	62,31	0	I	57,67	0	I	8,04%



INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 %
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS	INDICADOR	SCORE	OBS.	
Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2015)	19,79	23,20	0	I	23,20	0	I	0,00%
Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular (2014)	48,96	21,72	1	I	9,73	1	I	123,22%
Taxa de Detecção de Hanseníase (2015)	1,41	2,68	0	I	2,48	0	I	8,06%
Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2015)	0,42	0,02	0	I	0,02	0	I	0,00%
Taxa de Incidência de Dengue (2015)	806,43	2.486,97	0	I	670,18	0	I	271,09%
Incidência de Tuberculose todas as formas (2015)	32,20	8,94	1	I	57,67	0	I	-84,49%
Cobertura - Imunizações : Pentavalente (2015)	96,30	92,68	0	I	109,76	1	I	-15,56%

Portal do TCE

Em relação ao seu próprio resultado de avaliação das políticas públicas de saúde, o município de Colniza em 2016 teve score 2, apresentando uma piora de 2 score em relação ao ano de 2015, ano em que obteve o score 4.

Em relação à média Brasil, o município esteve pior que a média nacional em 08 itens de avaliação em 2016, quais sejam:

- Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (2014)
- Taxa de Mortalidade Infantil (2014)
- Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2014)
- Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2015)
- Taxa de Detecção de Hanseníase (2015)
- Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2015)
- Taxa de Incidência de Dengue (2015)
- Cobertura - Imunizações : Pentavalente (2015)

Ainda em relação à média Brasil, o município esteve melhor que a média nacional em 02 itens de avaliação em 2016, quais sejam:

- Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular (2014)
- Incidência de Tuberculose todas as formas (2015)



Analisando a variação dos índices em relação ao ano anterior, observa-se que:

- Houve piora nos seguintes indicadores:

INDICADORES	MÉDIA BRASIL	INDICADOR 2016	INDICADOR 2015	VARIAÇÃO em %
Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (2014)	6,81	17,74	4,58	287,33%
Taxa de Mortalidade Infantil (2014)	12,9	24,39	9,15	166,55%
Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2014)	64,62	62,31	57,67	8,04%
Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular (2014)	48,96	21,72	9,73	123,22%
Taxa de Detecção de Hanseníase (2015)	1,41	2,68	2,48	8,06%
Taxa de Incidência de Dengue (2015)	806,43	2486,97	670,18	271,09%
Cobertura - Imunizações : Pentavalente (2015)	96,3	92,68	109,76	-15,56%

Destaca-se negativamente o expressivo aumento das taxas de mortalidade infantil no município de Colniza, em 2016 a Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce aumentou 287,33% em relação ao ano anterior, enquanto a Mortalidade Infantil aumentou em 166,55%.

Acompanhando os altos índices de mortalidade do município, houve aumento, ainda, de 271% na Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular.

As ações de prevenção do combate a dengue não produziram os efeitos necessários, pois houve um aumento de 271% na Taxa de Incidência de Dengue no município de Colniza.

- Houve melhora no seguinte indicador:

INDICADORES	MÉDIA BRASIL	INDICADOR 2016	INDICADOR 2015	VARIAÇÃO 2016/2015 %
Incidência de Tuberculose todas as formas (2015)	32,2	8,94	57,67	-84,49%

- Mantiveram-se estáveis os seguintes indicadores:

--	--	--	--	--



INDICADORES	MÉDIA BRASIL	INDICADOR 2016	INDICADOR 2015	VARIAÇÃO 2016/2015 %
Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2015)	19,79	23,2	23,2	0,00%
Incidência de Tuberculose todas as formas (2015)	0,42	0,02	0,02	0,00%

5.6.4. Pessoal

5.6.4.1. Regime Previdenciário

Os servidores efetivos do município estão vinculados ao regime próprio de previdência social e os demais ao regime geral (INSS).

5.6.4.2. Limites Legais

A Lei Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi aprovada para estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com a intenção de se promover, entre outros, o equilíbrio das contas públicas.

A própria LRF define o que seria a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo os seguintes postulados:

- ação planejada e transparente;
- prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas;
- garantia de equilíbrio nas contas, via cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

As despesas com pessoal, em um passado recente, eram realizadas de maneira irresponsável por muitos gestores públicos, sendo uma das causas predominantes no constante desequilíbrio das contas públicas.

Por essa razão a LRF estabeleceu, entre outros, alguns limites relativos às despesas com pessoal e que devem ser observados pelos gestores públicos, inclusive os municipais.

Nesse sentido, o art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Recetia Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.



A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2012/2016, mantiveram-se / não mantiveram-se abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Limite máximo Fixado - Poder Executivo	54%				
Aplicado - %	44,37%	53,60%	50,06%	50,17%	52,55%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo	6%				
Aplicado - %	1,89%	2,08%	1,94%	2,00%	1,82%
Limite máximo Fixado - Município	60%				
Aplicado - %	46,26%	55,68%	52,00%	52,18%	54,38%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual.

Da análise das informações é possível verificar o que segue:

1) PESSOAL_01: Limite Legal - Poder Executivo

Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 32.489.368,71 , correspondente a 52,55% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF.

O artigo 19 da mesma Lei Complementar estabelece o limite de despesa com pessoal:

Art. 19. Para os fins do disposto no do art. 169 da Constituição, a despesa total *caput* com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

...

III - **Municípios: 60%** (sessenta por cento).

Já o artigo 20 da LRF trata da repartição do limite global referido no artigo 19 entre os Poderes Legislativo e Executivo:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

...

III - na esfera municipal:



- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo

Todavia, se a despesa com pessoal exceder a 95% desse limite, ou seja, se exceder 51,3% no caso do Poder Executivo Municipal, a LRF prevê consequências.

Conforme demonstrado no Quadro 8.7 - Gastos com Pessoal Detalhado, constante neste relatório, o gasto com pessoal do Poder Executivo Municipal de Colniza chegou a 52,55% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, em 1,25% o limite prudencial. Em reais, o montante de despesa com pessoal que excedeu o limite prudencial foi de R\$ 777.356,81, no último quadrimestre de 2016.

Portanto, passam a ser aplicadas ao Município as VEDAÇÕES previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF:

Art. 22. ...

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver SÃO VEDADOS incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V – Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

CB99.

Dispositivo Normativo:

LRF, art. 18, § 1º.

1.1) *As prestações de serviços médicos no total de R\$ 1.755.176,00, lançadas como “Outros Serviços de Terceiros – Pessoal Jurídica” não foram computados para fins de apuração do cumprimento do limite legal individual da despesa com pessoal, conforme dispõe o art. 16, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c a - Resolução de Consulta TCE/MT nº 29/2016.(Apêndice A) - CB99*

As prestações de serviços médicos no total de R\$ 1.755.176,00, lançadas como “Outros Serviços de Terceiros – Pessoal Jurídica” não foram computados para fins de apuração do cumprimento do limite legal individual da despesa com pessoal, conforme dispõe o art. 16, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c a Resolução de Consulta TCE/MT nº 29/2016.

De acordo com a dicção legal, estarão incluídas no cálculo com pessoal os contratos que se referem à substituição de servidores (LRF, art. 16, § 1º).

A Resolução de Consulta nº 29/2013 – TP consolida o entendimento deste Tribunal sobre esse



tema nos seguintes termos:

Ementa: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. CONSULTA. PESSOAL. DESPESA COM PESSOAL. MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA. TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. REQUISITOS.

1) São requisitos cumulativos para que a terceirização seja considerada lícita e excluída do cálculo da despesa com pessoal: a) as atividades terceirizadas devem ser acessórias às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento; b) as atividades terceirizadas não podem ser inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo no caso de cargo ou categoria total ou parcialmente extintos; e, c) não pode estar caracterizada relação direta de emprego entre a Administração e o prestador de serviço.

2) A inobservância de quaisquer desses requisitos torna a terceirização ilícita e sua despesa deve ser incluída no gasto com pessoal, nos termos do artigo 18, § 1º, da LRF.

Em desobediência à mencionada Resolução de Consulta, não foram consideradas nas despesas com pessoal do município de Juína, conforme RGF do 3º quadrimestre enviada a este Tribunal via APLIC, as prestações de serviços médicos no total de R\$ 1.755,176,00, lançadas como "Outros Serviços de Terceiros – Pessoal Jurídica".

Por essa razão, foram incluídas pela equipe de auditoria os serviços médicos no total de R\$ 1.755,176,00 como despesas de pessoal em atendimento ao art. 16, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2) PESSOAL_02: Limite Legal - Poder Legislativo

O percentual aplicado assegura o cumprimento do limite constitucional.

Os gastos com pessoal do Poder Legislativo totalizaram o montante de R\$ 1.129.439,55, correspondente a 1,82% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 6% estabelecido no art. 20, inc. III, "a" da LRF.

3) PESSOAL_03: Limite Legal do Município

O percentual aplicado assegura o cumprimento do limite máximo.

Os gastos com pessoal do Município totalizaram o montante de R\$ 33.618.808,26, correspondente a 54,38% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 60% estabelecido no art. 19, inc. III, da LRF.

4) Não houve aumento de gastos com pessoal no período de cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato, cumprindo com o comando do artigo 21, Parágrafo Único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



5.7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O (A) responsável pela Unidade de Controle Interno do Poder Executivo, cujos dados pessoais são os seguintes:

NOME	DATA INÍCIO	DATA FIM
SANDRA GUGEL	01/01/2016	31/12/2016

APLIC - Cadastro de Responsáveis.

De acordo com a Lei nº 345/2007 que institui o Sistema de Controle Interno – SCI do Município, a Unidade de Controle Interno – UCI da Câmara Municipal subordina-se à unidade de controle interno do Executivo Municipal.

A seguir, destacam-se os aspectos relevantes e as recomendações constantes do Relatório da UCI que integram o Processo de Contas de Governo do Município, bem como as providências adotadas pelo gestor municipal para atendê-las:

5.8. TRANSPARÊNCIA

O Controle Interno emitiu parecer favorável a aprovação das contas, não foram apresentadas recomendações sobre as contas do ano de 2016.

5.8.1. Audiências públicas

A audiência pública é uma das formas de participação e de controle popular da Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito.

Ela propicia à sociedade a troca de informações com o administrador público, bem como o exercício da cidadania e o respeito ao princípio da transparência na gestão da coisa pública.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece algumas situações nas quais, para se garantir legitimidade do processo, deve-se realizar audiências públicas oportunizando à sociedade a participação na condução de temas de seu interesse.

Assim, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:



1) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LDO e LOA, conforme o art. 48, parágrafo único da LRF.

2) O cumprimento das metas fiscais do 1º e 2º quadrimestre foi avaliado em audiência pública na Câmara Municipal, conforme o art. 9º, § 4º, da LRF.

5.8.2. Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais

1) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF.

2) Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal foram elaborados e publicados, conforme o art. 48 da LRF.

5.8.3. Conselhos

A Constituição Federal de 1988 fortaleceu, em muitos aspectos, a participação da sociedade na gestão das políticas públicas, um desses aspectos foi a criação de vários conselhos cogestores dessas políticas (conselhos de educação, conselhos de saúde, conselhos do Fundeb), desde o âmbito municipal até o federal.

Representantes da comunidade ao atuarem nos conselhos, têm a possibilidade de contribuir para a definição de um plano de gestão das políticas setoriais, o que contribui com a transparência nas alocações dos recursos e favorece a responsabilização de políticos e técnicos da administração pública.

Uma outra significativa atribuição dos conselhos refere-se à atividade de fiscalizar, em sua área de vinculação, exemplo, saúde, educação e assistência social, a gestão e aplicação dos recursos públicos.

Assim, faz-se importantíssimo que sejam disponibilizados aos conselheiros todos os documentos e informações necessários ao exercício de suas atribuições.

No Município de COLNIZA, verificou-se que:

1) Foram assegurados recursos (orçamentários e de infraestrutura), informações e documentos aos respectivos conselhos.

5.8.4. Conselhos Tutelares



Os Conselhos tutelares possuem função diversa dos conselhos de fiscalização de políticas públicas, visando atender crianças e adolescentes que por quaisquer motivos tenham seus direitos ameaçados, trabalhando com medidas, genéricas e/ou específicas, de proteção. Aconselham e atendem pais e responsáveis, sendo também, em alguns casos, necessária sua atuação como agente coibidor de maus tratos, que levará ao conhecimento do Ministério Público e até à Justiça casos de infração à ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como legislações pertinentes à higidez infanto-juvenil.

A Lei 8.069/1990 determina que cada Município deverá ter, no mínimo, um Conselho Tutelar (art. 132), sendo também obrigatória a consignação no orçamento municipal de recursos necessários ao seu funcionamento, bem como a remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares (Parágrafo único do art. 134). Nesse contexto, torna-se fundamental o empenho da administração municipal na boa execução da missão institucional dessas instituições.

No Município de COLNIZA , verificou-se que:

- 1) O município possui, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar integrante da administração pública local.**
- 2) Consta na lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento, remuneração do Conselho tutelar, bem como para a formação continuada de seus conselheiros tutelares.**
- 3) O Conselho Tutelar é integrado por 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local.**

5.8.5. Prestação de Contas Anuais de Governo

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar nº 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte do prazo estabelecido no do art. 209, da Constituição caput do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa nº 10/2008-TCE/MT-TP).

A Resolução Normativa nº 36/2012-TCE/MT-TP determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC, obedecidos aos critérios estabelecidos no Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, aprovado pela Resolução Normativa nº 03/2015-TCE/MT-TP.

- 1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36/2016 - TCE/MT-TP.**



5.8.6. Comissão de Transição

A transição de mandato é o processo em que o gestor atual deve propiciar condições efetivas ao novo gestor para implementar a nova administração.

Para isso, para que o gestor e sua equipe, a partir do resultado da eleição, demonstrem efetivamente ao novo gestor as informações imprescindíveis para que ele prepare a execução do seu projeto de governo, há que tratar a transição de mandato como um importante instrumento gerencial.

No TCE-MT, a matéria é abordada por meio da Resolução Normativa 07/2008, em que se definem procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros gestores e presidentes de Câmaras Municipais por ocasião da transmissão de cargo.

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) Foram observadas às disposições constantes da Resolução Normativa nº 19/2016 relativas à transição de mandato. Em atendimento ao art. Art. 3º da Resolução Normativa nº 19/2016, foi editado o **DECRETO Nº. 288/GP/2016, DE 23 DE MARÇO DE 2016. “Dispõe sobre Comissão de Transmissão de Governo na Prefeitura Municipal de Colniza/MT.”**

6. POSTURA ANTE OS ALERTAS E RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações – decorrentes de decisões anteriores e/ou disposições legais – e/ou alertas alusivos ao descumprimento de preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram observados pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante de tais fatos:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				recomendando ao Poder Legislativo de Colniza que determine ao Chefe do Poder Executivo Municipal que: 1) envide esforços no sentido de melhorar as posições com relação ao Índice de Gestão Fiscal Municipal - IGFM; 2) promova o aperfeiçoamento do	O Parecer Prévio 103/2016 - TP, sobre as Contas de Governo do município de Colniza exercício de 2015, processo nº 933-4/2015, foi emitido no dia 06/12/2016. Por não haver tempo hábil para implementação de ações no sentido de cumprir as determinações constantes



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2015	9334/2015	103/2016	06/12/2016	planejamento e da execução dos programas de governo, realizando um planejamento criterioso, que tenha por base a realidade e as necessidades da população do município, visando uma mudança positiva na situação avaliada por este Tribunal; 3) proceda ao aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas públicas na área da educação e saúde, identificando os fatores que causaram a piora ou ausência de melhora dos resultados das avaliações das políticas públicas, visando uma mudança positiva na situação avaliada por este Tribunal, por ocasião da apreciação destas contas, cujos resultados deverão ser comprovados quando da apreciação das contas de governo relativas ao exercício de 2016, especialmente em relação aos seguintes indicadores: na educação: a) Taxa de cobertura potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2014); b) Taxa de abandono - rede municipal – 5ª a 8ª série/6º ao 9º ano EF (2014); c) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática 4ª série/5º ano) inferior à média do Brasil (2014); d) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Português 4ª série/5º ano) inferior à média do Brasil (2014); e, e) Proporção de escolas municipais com nota na Prova Brasil (Matemática 8ª série/9º ano) inferior à média do Brasil (2014); na saúde: a) Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2013); b) Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2014); c) Taxa de detecção de Hanseníase (2014); d) Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos na população feminina nessa faixa etária (2014); e) Taxa de incidência de Dengue (2014); e, f) Incidência de Tuberculose todas as formas (2014) inferior à média nacional; e, 4) faça constar explicitamente nas peças de	no mencionado Parecer no exercício findo em 31/12/2016, o cumprimento das determinações não foi avaliado nesta oportunidade. Ressalta-se, contudo, que os resultados das políticas públicas de



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				planejamento (PPA, LDO e LOA) programas e ações para melhorar os referidos índices;	saúde e educação do município foram devidamente analisados no capítulo específico deste relatório.
2014	32964/2014	80/2015	09/09/2015		Todas as recomendações e determinações mencionadas no Parecer Prévio 80/2015 foram analisadas no processo nº 9334/2015, Contas de Governo do município de Colniza exercício de 2015

Control-p

7. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2012/2016, manteve-se abaixo do limite máximo permitido, conforme se observa a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,75%	7,00%	7,00%	6,46%	6,77%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual).

1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inc. III, CF).

2) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF).



8. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não foram constatadas irregularidades reincidentes nos atos de governo.

9. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

No entendimento desta equipe, o Senhor **ESVANDIR ANTONIO MENDES**, Prefeito do Município de COLNIZA - exercício 2016, deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

ESVANDIR ANTONIO MENDES - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 13/04/2016 a 31/12/2016

1) CB99 CONTABILIDADE_GRAVE_99. Irregularidade referente à Contabilidade, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

1.1) *As prestações de serviços médicos no total de R\$ 1.755.176,00, lançadas como “Outros Serviços de Terceiros – Pessoal Jurídica” não foram computados para fins de apuração do cumprimento do limite legal individual da despesa com pessoal, conforme dispõe o art. 16, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c a - Resolução de Consulta TCE/MT nº 29/2016.(Apêndice A) - Tópico - 5.6.4.2. Limites Legais*

Em Cuiabá-MT, 22 de Junho de 2017.

EDSON REIS DE SOUZA
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA

IRIS CONCEIÇÃO SOUZA DA SILVA
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO



ANEXOS

RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICÍPIO DE COLNIZA - EXERCÍCIO 2016

Anexo 1 - ORÇAMENTO

Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período - Anexo

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 1.830.000,00	R\$ 316.061,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 229.881,41	R\$ 1.916.180,19	4,70%
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA	R\$ 380.000,00	R\$ 1.204.689,34	R\$ 633.564,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 923.425,12	R\$ 1.294.828,22	240,74%
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 840.000,00	R\$ 436.154,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 270.087,12	R\$ 1.006.067,79	19,77%
DEPARTAMENTO MEIO AMBIENTE	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 70.000,00	R\$ 5.000,00	-93,33%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA	R\$ 55.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCACAO	R\$ 6.443.000,00	R\$ 4.610.961,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.545.492,48	R\$ 7.508.469,29	16,53%
DEPARTAMENTO TURISMO	R\$ 65.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
FUNDEB 40	R\$ 5.630.000,00	R\$ 340.731,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.268.265,07	R\$ 3.702.466,78	-34,23%
FUNDEB 60	R\$ 9.962.000,00	R\$ 1.441.683,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 541.601,08	R\$ 10.862.082,43	9,03%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 649.000,00	R\$ 353.255,61	R\$ 134.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 378.127,51	R\$ 758.128,10	16,81%
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDOR	R\$ 4.000.000,00	R\$ 119.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 119.000,00	R\$ 4.000.000,00	0,00%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 12.124.200,00	R\$ 5.994.138,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.182.359,21	R\$ 14.935.979,40	23,19%
GAB. DO SEC. DE MUN. DE AGRICULTURA E ASSISTENCIA	R\$ 488.000,00	R\$ 264.101,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.500,00	R\$ 731.601,77	49,91%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GAB. DO SEC. DE MUN. DE DESPORTO E LAZER	R\$ 548.000,00	R\$ 403.866,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 317.737,00	R\$ 634.129,26	15,71%
GAB. DO SEC. DE MUN. DE SAUDE	R\$ 115.800,00	R\$ 87.484,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.549,97	R\$ 147.734,03	27,57%
GAB. DO SEC. DE MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURIS	R\$ 94.000,00	R\$ 89.339,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100,00	R\$ 183.239,83	94,93%
GAB. DO SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	R\$ 1.275.000,00	R\$ 557.254,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 262.541,63	R\$ 1.569.712,37	23,11%
GAB. DO SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA	R\$ 255.000,00	R\$ 2.103.186,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 171.729,99	R\$ 2.186.456,86	757,43%
GAB. DO SEC. MUN. DE FINANÇAS	R\$ 2.025.000,00	R\$ 1.304.352,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 482.645,69	R\$ 2.846.706,69	40,57%
GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GE	R\$ 2.420.000,00	R\$ 409.807,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.856.633,54	R\$ 973.173,78	-59,78%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.655.000,00	R\$ 617.269,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 727.643,10	R\$ 1.544.626,73	-6,66%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE AÇAO SOCIAL	R\$ 665.000,00	R\$ 205.598,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.334,20	R\$ 850.264,13	27,85%
RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 635.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 635.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
SEC. DE MUN. DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	R\$ 12.016.000,00	R\$ 2.934.977,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.750.589,57	R\$ 7.200.387,78	-40,07%
	R\$ 64.245.000,00	R\$ 23.793.915,12	R\$ 767.564,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.949.243,69	R\$ 64.857.235,43	
Intraorçamentários								
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 30.000,00	R\$ 5.413,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.413,30	18,04%
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 10.000,00	R\$ 504,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.504,49	5,04%
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCACAO	R\$ 15.000,00	R\$ 21.636,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 36.636,75	144,24%
FUNDEB 40	R\$ 320.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 165.751,13	R\$ 154.248,87	-51,79%
FUNDEB 60	R\$ 418.000,00	R\$ 85.646,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 503.646,25	20,49%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 206.000,00	R\$ 37.442,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 233.442,18	13,32%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GAB. DO SEC. DE MUN. DE AGRICULTURA E ASSISTENCIA	R\$ 12.000,00	R\$ 8.298,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.298,42	69,15%
GAB. DO SEC. DE MUN. DE DESPORTO E LAZER	R\$ 12.000,00	R\$ 307,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.614,75	R\$ 6.692,58	-44,22%
GAB. DO SEC. DE MUN. DE SAUDE	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
GAB. DO SEC. DE MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURIS	R\$ 6.000,00	R\$ 421,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17,72	R\$ 6.403,60	6,72%
GAB. DO SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	R\$ 60.000,00	R\$ 36,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.267,65	R\$ 47.768,76	-20,38%
GAB. DO SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA	R\$ 10.000,00	R\$ 176.928,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 186.928,94	1.769,28%
GAB. DO SEC. MUN. DE FINANÇAS	R\$ 42.000,00	R\$ 19.388,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 697,05	R\$ 60.691,36	44,50%
GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GE	R\$ 30.000,00	R\$ 3.900,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.225,66	R\$ 24.675,01	-17,75%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 20.000,00	R\$ 4.529,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.529,20	22,64%
GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE AÇAO SOCIAL	R\$ 15.000,00	R\$ 11.048,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.048,43	73,65%
SEC. DE MUN. DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	R\$ 44.000,00	R\$ 6.369,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.683,35	R\$ 31.686,43	-27,98%
	R\$ 1.255.000,00	R\$ 381.871,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 227.257,31	R\$ 1.409.614,57	
TOTAL	R\$ 65.500.000,00	R\$ 24.175.787,00	R\$ 767.564,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.176.501,00	R\$ 66.266.850,00	1,17%

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Unidade Orçamentária.



Quadro 1.2 - Despesas por Categoria Econômica

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 55.623.478,06	R\$ 53.868.487,60	96,84%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 32.358.807,66	R\$ 31.697.915,20	97,95%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 21.267,33	R\$ 21.267,33	100,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 23.243.403,07	R\$ 22.149.305,07	95,29%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 6.144.257,37	R\$ 5.076.167,78	82,61%
Investimentos	R\$ 5.778.668,19	R\$ 4.726.250,16	81,78%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 365.589,18	R\$ 349.917,62	95,71%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 3.089.500,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 64.857.235,43	R\$ 58.944.655,38	90,88%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 1.409.614,57	R\$ 1.407.711,73	99,86%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 1.409.614,57	R\$ 1.407.711,73	99,86%
VII- Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VIII - Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX- TOTAL DESPESA	R\$ 66.266.850,00	R\$ 60.352.367,11	91,07%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.

Quadro 1.3 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00473/2016	0.1.01.000000	R\$ 276.448,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00473/2016	0.1.22.000000	R\$ 0,00	-R\$ 276.448,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00489/2016	0.1.00.000000	R\$ 495.875,00	-R\$ 495.875,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00500/2016	0.1.01.000000	R\$ 5.000,00	-R\$ 5.000,00
				R\$ 777.323,00	-R\$ 777.323,00
				R\$ 777.323,00	-R\$ 777.323,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos.

Quadro 1.4 - Alterações Orçamentárias Leis Autorizativas



TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPosição	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
Alterações Orçamentárias por Créditos Adicionais e Transposições							
CAMARA MUNICIPAL	00641/2015	00490/2016	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 40.000,00
CAMARA MUNICIPAL	00641/2015	00506/2016	R\$ 184.267,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 184.267,92
CAMARA MUNICIPAL	00641/2015	00519/2016	R\$ 5.613,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 5.613,49
CAMARA MUNICIPAL	00656/2016	00494/2016	R\$ 91.593,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDO CONTABIL MUNICIPAL	00641/2015	00482/2016	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 75.000,00
FUNDO CONTABIL MUNICIPAL	00641/2015	00510/2016	R\$ 39.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 39.000,00
FUNDO CONTABIL MUNICIPAL	00641/2015	00512/2016	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 5.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00025/2016	R\$ 234.192,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 234.192,20
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00076/2016	R\$ 331.631,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 331.631,31
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00230/2016	R\$ 463.594,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 463.594,06
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00443/2016	R\$ 385.530,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 385.530,80
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00473/2016	R\$ 1.160.470,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.160.470,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00489/2016	R\$ 1.399.875,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.399.875,37
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00493/2016	R\$ 3.277.497,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.277.497,84
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00494/2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 91.593,49
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00495/2016	R\$ 4.056.121,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.056.121,34
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00498/2016	R\$ 2.646.294,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.646.294,16
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00500/2016	R\$ 1.331.544,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.331.544,69



TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00509/2016	R\$ 765.517,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 765.517,22
PREFEITURA MUNICIPAL	00641/2015	00521/2016	R\$ 966.815,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 967.529,69
PREFEITURA MUNICIPAL	00648/2016	00470/2016	R\$ 0,00	R\$ 292.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00649/2016	00469/2016	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 300.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00650/2016	00471/2016	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00654/2016	00488/2016	R\$ 0,00	R\$ 225.064,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00660/2016	00496/2016	R\$ 513.258,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 513.258,71
PREFEITURA MUNICIPAL	00667/2016	00511/2016	R\$ 5.902.968,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 5.902.968,71
			R\$ 24.175.787,00	R\$ 767.564,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 24.176.501,00
			R\$ 24.175.787,00	R\$ 767.564,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 24.176.501,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações Orçamentária/Leis Autorizativas.



Anexo 2 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO (Exceto Operações Intraorçamentárias)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA ARRECADADA CONSOLIDADA - EXCETO INTRA	R\$ 71.936.497,79
(B) DEDUÇÕES	R\$ 5.994.066,05
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA (C=A-B)	R\$ 65.942.431,74
(D) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior.	R\$ 0,00
(E) Receita Própria Orçamentária do RPPS Superavitário, exceto intra (Item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	R\$ 4.893.139,54
(F) Demais acréscimos promovidos pela equipe técnica	R\$ 0,00
(G) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA AJUSTADA - (G=C+D-E+F)	R\$ 61.049.292,20
(H) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA CONSOLIDADA - EXCETO INTRA	R\$ 58.944.655,38
(I) Despesa Própria Orçamentária do RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	R\$ 736.666,02
(J) Despesa efetivamente realizada, cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas que não foi empenhada no exercício (item 5 da RN TCEMT 43/2013)	R\$ 0,00
(K) Empenhos liquidados que foram cancelados em detrimento da inexistência de justificativa plausível – (art. 63 da Lei 4.320/64)	R\$ 0,00
(L) Créditos adicionais financiados mediante superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior inexistentes ou que são incompatíveis com a fonte de recurso que financiou a transação (Item 7 da RN TCEMT 43/2013 c/c § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64 e parágrafo único do art. da 8º da LRF)	R\$ 0,00
(M) Demais reduções promovidas pela equipe técnica	R\$ 0,00
(N) DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA CONSOLIDADA AJUSTADA - (N=H-I+J+K+L+M)	R\$ 58.207.989,36
(O) RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADO - (O=G-N)	R\$ 2.841.302,84

Relatório Contas de Governo> Anexo: Receita > Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita/ Espaço do Controle Externo > Planilhas Auxiliares > Créditos Adicionais por Superávit Financeiro/ Relatório Contas de Governo> Anexo: Orçamento > Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

Quadro 2.2 - Resultado Orçamentário Consolidado do RPPS - Exceto Intra

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
-----------	-------------



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS - (Exceto Intra)	R\$ 4.893.139,54
(B) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior (RPPS). Exceto intra.	R\$ 0,00
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS AJUSTADA - (C=A+B)	R\$ 4.893.139,54
(D) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA CONSOLIDADA (RPPS)	R\$ 736.666,02
(E) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO RPPS (SEM INTRA) - (E=C-D)	R\$ 4.156.473,52
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO - RECEITA	R\$ 4.893.139,54
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO - DESPESA	R\$ 736.666,02

APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / Espaço do Controle Externo > Planilhas Auxiliares > Créditos Adicionais por Superávit Financeiro / UG:RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.

Quadro 2.3 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA ARRECADADA DO RPPS	R\$ 6.502.519,17
(B) DEDUÇÕES	R\$ 0,00
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA ARRECADADA (RPPS) (C=A-B)	R\$ 6.502.519,17
(D) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior (RPPS).	R\$ 0,00
(E) Receita de Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS (7.9.4.0.00.00.00)	0,00
(F) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS AJUSTADA (F=C+D-E)	R\$ 6.502.519,17
(G) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA DO RPPS	R\$ 736.666,02
(H) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS (H=F-G)	R\$ 5.765.853,15

UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / APLIC> UG: RPPS > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais>Por Fonte/Financiamento / APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.



Anexo 3 - RESTOS A PAGAR

Quadro 3.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo anterior R\$	Movimento no exercício			Saldo para o exercício seguinte R\$
		Inscrição R\$	Baixa R\$		
			Por pagamento	Por cancelamento	
Restos a Pagar Não Processados					
Anteriores a 2015	R\$ 1.537.535,10	R\$ 0,00	R\$ 35.804,11	R\$ 1.490.156,51	R\$ 11.574,48
2015	R\$ 2.024.315,81	R\$ 0,00	R\$ 1.431.130,95	R\$ 539.284,86	R\$ 53.900,00
2016	R\$ 0,00	R\$ 1.800.024,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.800.024,11
Total (A)	R\$ 3.561.850,91	R\$ 1.800.024,11	R\$ 1.466.935,06	R\$ 2.029.441,37	R\$ 1.865.498,59
Restos a Pagar Processados					
Anteriores a 2015	R\$ 1.134.124,69	R\$ 0,00	R\$ 2.870,51	R\$ 1.131.254,18	R\$ 0,00
2015	R\$ 3.559.288,37	R\$ 0,00	R\$ 3.449.665,21	R\$ 11.683,11	R\$ 97.940,05
2016	R\$ 0,00	R\$ 744.854,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 744.854,21
Total (B)	R\$ 4.693.413,06	R\$ 744.854,21	R\$ 3.452.535,72	R\$ 1.142.937,29	R\$ 842.794,26
Total (A+B)	R\$ 8.255.263,97	R\$ 2.544.878,32	R\$ 4.919.470,78	R\$ 3.172.378,66	R\$ 2.708.292,85

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar. Neste quadro, os saldos dos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no exercício e não pagos estão no grupo de controle dos Restos a Pagar Não Processados.



Quadro 3.2 - Indicador de Disponibilidade Financeira por Fonte do Município - Exceto RPPS

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
Quocientes de Disponibilidade Financeira - Exceto RPPS								
00	Recursos Ordinários	R\$ 13.445.374,18	R\$ 26.398,77	R\$ 13.418.975,41	R\$ 0,00	R\$ 13.418.975,41	R\$ 113.427,91	R\$ 477.907,13
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-R\$ 6.669.639,26	-R\$ 13.507,63	-R\$ 6.656.131,63	R\$ 0,00	-R\$ 6.656.131,63	R\$ 47.938,46	R\$ 595.048,28
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-R\$ 4.235.305,50	R\$ 26.470,28	-R\$ 4.261.775,78	R\$ 0,00	-R\$ 4.261.775,78	R\$ 452.126,95	R\$ 108.228,47
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	-R\$ 178.017,72	-R\$ 54.234,49	-R\$ 123.783,23	R\$ 0,00	-R\$ 123.783,23	R\$ 82.943,65	R\$ 190.905,52
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	-R\$ 447.611,75	R\$ 0,00	-R\$ 447.611,75	R\$ 0,00	-R\$ 447.611,75	R\$ 21.211,26	R\$ 479,05



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 123.199,90	R\$ 0,00	R\$ 123.199,90	R\$ 0,00	R\$ 123.199,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 474.257,22	R\$ 0,00	R\$ 474.257,22	R\$ 0,00	R\$ 474.257,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 705.886,46	R\$ 1.339,38	R\$ 704.547,08	R\$ 0,00	R\$ 704.547,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 731.593,80	-R\$ 1.282,74	R\$ 732.876,54	R\$ 0,00	R\$ 732.876,54	R\$ 100.691,20	R\$ 4.900,00
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 348.868,96	R\$ 0,00	R\$ 348.868,96	R\$ 0,00	R\$ 348.868,96	R\$ 10.159,98	R\$ 433.198,38
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 655.200,70	R\$ 0,00	R\$ 655.200,70	R\$ 0,00	R\$ 655.200,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 1.544.975,14	R\$ 0,00	R\$ 1.544.975,14	R\$ 0,00	R\$ 1.544.975,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 129.746,64	R\$ 0,00	R\$ 129.746,64	R\$ 0,00	R\$ 129.746,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 184.690,38	R\$ 0,00	R\$ 184.690,38	R\$ 0,00	R\$ 184.690,38	R\$ 12.632,10	R\$ 12.436,68
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 281.262,73	R\$ 14.816,43	R\$ 266.446,30	R\$ 0,00	R\$ 266.446,30	R\$ 1.160,00	R\$ 41.315,08
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	-R\$ 50.552,06	R\$ 0,00	-R\$ 50.552,06	R\$ 0,00	-R\$ 50.552,06	R\$ 0,00	R\$ 1.080,00
		R\$ 7.043.929,82	R\$ 0,00	R\$ 7.043.929,82	R\$ 0,00	R\$ 7.043.929,82	R\$ 842.291,51	R\$ 1.865.498,59
Quocientes de Disponibilidade Financeira - Somente RPPS								



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 20.217.129,72	R\$ 0,00	R\$ 20.217.129,72	R\$ 0,00	R\$ 20.217.129,72	R\$ 502,75	R\$ 0,00
		R\$ 20.217.129,72	R\$ 0,00	R\$ 20.217.129,72	R\$ 0,00	R\$ 20.217.129,72	R\$ 502,75	R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 27.261.059,54	R\$ 0,00	R\$ 27.261.059,54	R\$ 0,00	R\$ 27.261.059,54	R\$ 842.794,26	R\$ 1.865.498,59

APLIC> Informes Mensais> Disponibilidade Financeira



Quadro 3.3 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2016 – Poder Executivo (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
Disponibilidade Líquida em 30/04/12 – (ART. 42 – LRF) - Exceto RPPS									
00	Recursos Ordinários	R\$ 4.359.884,93	R\$ 26.398,77	R\$ 4.333.486,16	R\$ 1.378.138,79	R\$ 2.955.347,37	R\$ 1.205.688,96	R\$ 1.749.658,41	R\$ 1.788.718,24
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 555.149,51	-R\$ 13.507,63	R\$ 568.657,14	R\$ 1.112.697,12	-R\$ 544.039,98	R\$ 162.610,12	-R\$ 706.650,10	R\$ 59.666,08
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 363.432,99	R\$ 26.470,28	R\$ 336.962,71	R\$ 301.004,51	R\$ 35.958,20	R\$ 485.380,56	-R\$ 449.422,36	R\$ 562.776,96
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	R\$ 2.038.139,96	-R\$ 54.234,49	R\$ 2.092.374,45	R\$ 203.699,53	R\$ 1.888.674,92	R\$ 322.992,02	R\$ 1.565.682,90	R\$ 567.533,60



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 569.325,39	R\$ 0,00	R\$ 569.325,39	R\$ 1,60	R\$ 569.323,79	R\$ 140.696,79	R\$ 428.627,00	R\$ 389.513,20
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 80.784,30	R\$ 0,00	R\$ 80.784,30	R\$ 0,00	R\$ 80.784,30	R\$ 0,00	R\$ 80.784,30	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 149.186,63	R\$ 0,00	R\$ 149.186,63	R\$ 0,00	R\$ 149.186,63	R\$ 0,00	R\$ 149.186,63	R\$ 0,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 2.667.263,35	R\$ 1.339,38	R\$ 2.665.923,97	R\$ 9.306,17	R\$ 2.656.617,80	R\$ 1.031.336,74	R\$ 1.625.281,06	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 903.690,06	-R\$ 1.282,74	R\$ 904.972,80	R\$ 1.888,57	R\$ 903.084,23	R\$ 614.346,15	R\$ 288.738,08	R\$ 273.814,30
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 128.812,20	R\$ 0,00	R\$ 128.812,20	R\$ 1.382,05	R\$ 127.430,15	R\$ 246,48	R\$ 127.183,67	R\$ 372,54
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 1.198.299,07	R\$ 0,00	R\$ 1.198.299,07	R\$ 979.759,53	R\$ 218.539,54	R\$ 0,00	R\$ 218.539,54	R\$ 0,00
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 1.453.264,66	R\$ 0,00	R\$ 1.453.264,66	R\$ 27.419,61	R\$ 1.425.845,05	R\$ 0,00	R\$ 1.425.845,05	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 174.812,79	R\$ 0,00	R\$ 174.812,79	R\$ 1.350,00	R\$ 173.462,79	R\$ 10.493,84	R\$ 162.968,95	R\$ 53.360,99



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 543.351,65	R\$ 0,00	R\$ 543.351,65	R\$ 0,00	R\$ 543.351,65	R\$ 15.149,00	R\$ 528.202,65	R\$ 20.965,11
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 193.072,50	R\$ 14.816,43	R\$ 178.256,07	R\$ 0,00	R\$ 178.256,07	R\$ 22.468,78	R\$ 155.787,29	R\$ 64.262,01
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 94.099,43	R\$ 0,00	R\$ 94.099,43	R\$ 0,00	R\$ 94.099,43	R\$ 0,00	R\$ 94.099,43	R\$ 0,00
		R\$ 15.472.569,42	R\$ 0,00	R\$ 15.472.569,42	R\$ 4.016.647,48	R\$ 11.455.921,94	R\$ 4.011.409,44	R\$ 7.444.512,50	R\$ 3.780.983,03
Disponibilidade Líquida em 30/04/12 – (ART. 42 – LRF) - RPPS									
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 17.014.339,79	R\$ 0,00	R\$ 17.014.339,79	R\$ 502,75	R\$ 17.013.837,04	R\$ 45.233,01	R\$ 16.968.604,03	R\$ 96.002,91
		R\$ 17.014.339,79	R\$ 0,00	R\$ 17.014.339,79	R\$ 502,75	R\$ 17.013.837,04	R\$ 45.233,01	R\$ 16.968.604,03	R\$ 96.002,91

APLIC : UG: Prefeitura>Informes Mensais>Disponibilidade>Disponibilidade Financeira - Poder Executivo.



Quadro 3.4 - Disponibilidade para Pagamento de RP - 31/12/2016 - Poder Executivo (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
Disponibilidade para pagamento RP em 31/12 - Exceto RPPS										
00	Recursos Ordinários	R\$ 13.438.174,18	R\$ 26.398,77	R\$ 13.411.775,41	R\$ 22.633,65	R\$ 13.389.141,76	R\$ 102.368,74	R\$ 13.286.773,02	R\$ 459.132,65	R\$ 0,00
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-R\$ 6.669.639,26	-R\$ 13.507,63	-R\$ 6.656.131,63	R\$ 0,00	-R\$ 6.656.131,63	R\$ 47.938,46	-R\$ 6.704.070,09	R\$ 595.048,28	-R\$ 7.299.118,37
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-R\$ 4.235.305,50	R\$ 26.470,28	-R\$ 4.261.775,78	R\$ 67.405,00	-R\$ 4.329.180,78	R\$ 384.721,95	-R\$ 4.713.902,73	R\$ 108.228,47	-R\$ 4.822.131,20
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	-R\$ 178.017,72	-R\$ 54.234,49	-R\$ 123.783,23	R\$ 72.873,13	-R\$ 196.656,36	R\$ 63.970,52	-R\$ 260.626,88	R\$ 137.005,52	-R\$ 397.632,40



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	-R\$ 447.611,75	R\$ 0,00	-R\$ 447.611,75	R\$ 0,00	-R\$ 447.611,75	R\$ 21.211,26	-R\$ 468.823,01	R\$ 479,05	-R\$ 469.302,06
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 123.199,90	R\$ 0,00	R\$ 123.199,90	R\$ 0,00	R\$ 123.199,90	R\$ 0,00	R\$ 123.199,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 474.257,22	R\$ 0,00	R\$ 474.257,22	R\$ 0,00	R\$ 474.257,22	R\$ 0,00	R\$ 474.257,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 705.886,46	R\$ 1.339,38	R\$ 704.547,08	R\$ 0,00	R\$ 704.547,08	R\$ 0,00	R\$ 704.547,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 731.593,80	-R\$ 1.282,74	R\$ 732.876,54	R\$ 0,00	R\$ 732.876,54	R\$ 100.691,20	R\$ 632.185,34	R\$ 4.900,00	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 348.868,96	R\$ 0,00	R\$ 348.868,96	R\$ 0,00	R\$ 348.868,96	R\$ 10.159,98	R\$ 338.708,98	R\$ 433.198,38	-R\$ 94.489,40
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 655.200,70	R\$ 0,00	R\$ 655.200,70	R\$ 0,00	R\$ 655.200,70	R\$ 0,00	R\$ 655.200,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 1.544.975,14	R\$ 0,00	R\$ 1.544.975,14	R\$ 0,00	R\$ 1.544.975,14	R\$ 0,00	R\$ 1.544.975,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 129.746,64	R\$ 0,00	R\$ 129.746,64	R\$ 0,00	R\$ 129.746,64	R\$ 0,00	R\$ 129.746,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 184.690,38	R\$ 0,00	R\$ 184.690,38	R\$ 0,00	R\$ 184.690,38	R\$ 12.632,10	R\$ 172.058,28	R\$ 12.436,68	R\$ 0,00
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 281.262,73	R\$ 14.816,43	R\$ 266.446,30	R\$ 0,00	R\$ 266.446,30	R\$ 1.160,00	R\$ 265.286,30	R\$ 41.315,08	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	-R\$ 50.552,06	R\$ 0,00	-R\$ 50.552,06	R\$ 0,00	-R\$ 50.552,06	R\$ 0,00	-R\$ 50.552,06	R\$ 1.080,00	-R\$ 51.632,06
		R\$ 7.036.729,82	R\$ 0,00	R\$ 7.036.729,82	R\$ 162.911,78	R\$ 6.873.818,04	R\$ 744.854,21	R\$ 6.128.963,83	R\$ 1.792.824,11	
Disponibilidade para pagamento RP em 31/12 - somente RPPS										
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 20.217.129,72	R\$ 0,00	R\$ 20.217.129,72	R\$ 502,75	R\$ 20.216.626,97	R\$ 0,00	R\$ 20.216.626,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 20.217.129,72	R\$ 0,00	R\$ 20.217.129,72	R\$ 502,75	R\$ 20.216.626,97	R\$ 0,00	R\$ 20.216.626,97	R\$ 0,00	

APLIC : UG: Prefeitura>Informes Mensais>Disponibilidade>Disponibilidade Financeira - Poder Executivo.



Anexo 4 - DÍVIDA

Quadro 4.1 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 70.737,33
DEDUÇÕES (II)	R\$ 6.201.638,31
Ativo Disponível	R\$ 7.043.929,82
Haveres financeiros	R\$ 0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 842.291,51
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 61.816.787,32
% da DC sobre a RCL	0,11%
% da DCL sobre a RCL	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 74.180.144,78
Insuficiência Financeira para pagamento de Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 0,00

Nota: Se o saldo das DEDUÇÕES for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira". Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha. APLIC > Informes Mensais > Dívidas > Dívida Consolidada Líquida Anual - Unidade Orçamentária: Prefeitura.

Quadro 4.2 - Dívida Consolidada Líquida - RPPS (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 21.278.700,23
DEDUÇÕES (II)	R\$ 20.216.626,97
Ativo Disponível	R\$ 4.982,44
Haveres financeiros	R\$ 20.212.147,28
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 502,75
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	R\$ 1.062.073,26

Nota: Se o saldo das DEDUÇÕES for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira". Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha. APLIC > Informes Mensais > Dívidas > Dívida Consolidada Líquida Anual - Unidade Orçamentária: RPPS.

Quadro 4.3 - Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 349.917,62
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 21.267,33



DESCRIÇÃO	R\$
TOTAL	R\$ 371.184,95
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 61.816.787,32
% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL <11,5%>	0,60%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por função/dotação.

Quadro 4.4 - Dívida Pública Contratada no Exercício (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Dívida Pública sujeita ao limite para fins de contratação	R\$ 0,00
Operações vedadas	R\$ 0,00
(=) Total considerado para fins de apuração do cumprimento do limite	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 61.816.787,32
% da Dívida contratada sobre a RCL <16%>	0,00%

Informes Mensais > Dívida Pública .

Quadro 4.5 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 7.036.729,82	R\$ 7.200,00	R\$ 7.043.929,82
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 2.809.587,87	R\$ 7.200,00	R\$ 2.816.787,87
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 4.227.141,95	R\$ 0,00	R\$ 4.227.141,95

Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

Quadro 4.6 - Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 15.483.372,68	-R\$ 5.316,81	R\$ 15.488.689,49	R\$ 7.200,00	R\$ 7.200,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	-R\$ 6.814.098,24	R\$ 1.552.387,03	-R\$ 8.366.485,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-R\$ 7.225.461,69	R\$ 564.923,54	-R\$ 7.790.385,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	-R\$ 460.581,25	R\$ 36.639,53	-R\$ 497.220,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18 - Transferências do FUNDEB 60%	R\$ 78.539,52	R\$ 229.855,61	-R\$ 151.316,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19 - Transferência do FUNDEB 40%	R\$ 498.075,54	R\$ 276.356,00	R\$ 221.719,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22 - Transferência de Convênios - Educação	R\$ 295.329,64	R\$ 444.612,35	-R\$ 149.282,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25 - Demais Recursos Vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	-R\$ 4.013.705,13	R\$ 1.172.884,36	-R\$ 5.186.589,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	-R\$ 4.224.521,27	R\$ 905.497,30	-R\$ 5.130.018,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12 - Serviços de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14 - Transferência de Recursos do SUS - União	-R\$ 611.601,39	R\$ 164.668,39	-R\$ 776.269,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23 - Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 654.591,74	R\$ 58.332,56	R\$ 596.259,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26 - Demais Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41 - Serviços Hospitalares	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42 - Transferência de Recursos SUS - Estado	R\$ 167.825,79	R\$ 44.386,11	R\$ 123.439,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 76.579,16	R\$ 9.396,38	R\$ 67.182,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21 - Transferência de Convênios - Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27 - Demais Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 129.204,00	R\$ 3.600,99	R\$ 125.603,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	-R\$ 52.624,84	R\$ 5.795,39	-R\$ 58.420,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
90 - Operações de Crédito Internas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
91 - Operações de Crédito Externas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
92 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENAÇÕES DE BENS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS	R\$ 2.304.581,35	R\$ 80.236,91	R\$ 2.224.344,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 123.199,90	R\$ 0,00	R\$ 123.199,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 474.257,22	R\$ 0,00	R\$ 474.257,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24 - Transf. de Convênios (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 1.544.975,14	R\$ 1.878,84	R\$ 1.543.096,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	R\$ 162.149,09	R\$ 78.358,07	R\$ 83.791,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
81 - Valores Restituíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
82 - Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/Saúde/Assist. Social)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
93 - Outras Receitas Não Primárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
94 - Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SUBTOTAL - EXCETO RPPS	R\$ 7.036.729,82	R\$ 2.809.587,87	R\$ 4.227.141,95	R\$ 7.200,00	R\$ 7.200,00	R\$ 0,00
RECURSOS DO RPPS	R\$ 20.217.129,72	R\$ 502,75	R\$ 20.216.626,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 27.253.859,54	R\$ 2.810.090,62	R\$ 24.443.768,92	R\$ 7.200,00	R\$ 7.200,00	R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Contabilidade>Movimentação das Fontes/Destações de Recursos.



Anexo 5 - RECEITA

Quadro 5.1 - Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES	R\$ 66.305.000,00	R\$ 69.805.709,48	105,28%
Receita Tributária	R\$ 4.030.000,00	R\$ 2.178.753,75	54,06%
Receita de Contribuições	R\$ 1.425.000,00	R\$ 1.811.913,23	127,15%
Receita Patrimonial	R\$ 1.703.000,00	R\$ 4.550.549,12	267,20%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 330.000,00	R\$ 136.248,35	41,28%
Transferências Correntes	R\$ 58.350.000,00	R\$ 60.449.935,77	103,59%
Outras Receitas Correntes	R\$ 467.000,00	R\$ 678.309,26	145,24%
II - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 3.670.000,00	R\$ 2.130.788,31	58,06%
Alienação de bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferência de capital	R\$ 3.670.000,00	R\$ 1.701.340,06	46,35%
Operação de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 429.448,25	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 69.975.000,00	R\$ 71.936.497,79	102,80%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 5.775.000,00	-R\$ 5.994.066,05	103,79%
Deduções da receita tributária	-R\$ 14.000,00	-R\$ 4.912,71	35,09%
Deduções da receita patrimonial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Deduções de transferências correntes	-R\$ 5.761.000,00	-R\$ 5.989.153,34	103,96%
Deduções de outras receitas correntes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 64.200.000,00	R\$ 65.942.431,74	102,71%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 1.300.000,00	R\$ 1.609.379,63	123,79%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 65.500.000,00	R\$ 67.551.811,37	103,13%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente.

Quadro 5.2 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de receitas correntes	R\$ 69.805.709,48
(-) Deduções da Receita Corrente	-R\$ 4.912,71
= Total de receitas correntes - menos deduções	R\$ 69.800.796,77



Receitas	Total R\$
(-) Contribuição ao RPPS (segurado)	R\$ 1.361.160,33
(-) Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários	R\$ 0,00
(-) Dedução de receita para formação do FUNDEB	-R\$ 5.989.153,34
(=) RCL (Antes da Dedução do IRRF)	R\$ 62.450.483,10
(-) Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 633.695,78
(=) RCL	R\$ 61.816.787,32

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 5.3 - Deduções para RCL

DESCRIÇÃO	Total R\$
Deduções da receita tributária	-R\$ 4.912,71
Deduções da receita patrimonial	R\$ 0,00
Deduções de outras receitas correntes	R\$ 0,00
TOTAL	-R\$ 4.912,71

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.



Anexo 6 - ENSINO

Quadro 6.1 - Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita resultante de impostos	R\$ 1.412.566,68
IPTU Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana	R\$ 129.412,03
ITBI Imposto sobre Transmissão de Bens "Inter Vivos"	R\$ 224.589,21
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 988.039,43
ITR Imposto Territorial Rural	R\$ 592,11
Dívida Ativa Proveniente de Impostos	R\$ 49.110,99
Juros e multas provenientes de Impostos	R\$ 5.155,57
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa Tributária de Impostos	R\$ 15.667,34
Transferências	R\$ 31.207.309,33
FPM Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 18.273.335,74
Cota Parte ICMS	R\$ 11.732.600,46
Desoneração ICMS (LC 87/96)	R\$ 46.597,98
Cota Parte IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados)	R\$ 0,00
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 271.144,48
Cota Parte IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	R\$ 883.630,67
Total receita base - ENSINO	R\$ 32.619.876,01
Valor mínimo - 25%	R\$ 8.154.969,00

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 6.2 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(+) Total despesa liquidada no Ensino - Função 12 (Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5)	R\$ 23.162.675,46
(+) Despesas liquidadas em 2016 decorrentes de restos a pagar não processados do Ensino inscritos em exercícios anteriores, exceto as de convênios, programas e FUNDEB Função 12. Fontes de recursos 00 e 01 (Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5)	R\$ 44.002,20
(-) Restos a pagar processados do Ensino inscritos em 2016 sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 01 e Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Conforme quadro específico)	R\$ 0,00
(=) Despesas Bruta do Ensino	R\$ 23.206.677,66
(+) Valor retido referente ao FUNDEB	R\$ 5.989.153,34
(-) Despesas liquidadas do FUNDEB até o limite da transferência de recursos recebida. Função 12. Fontes de recursos 18 e 19.	R\$ 14.941.261,23



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(-) Despesas liquidadas de convênios e programas referentes ao Ensino até o limite dos recursos recebidos Função 12. Fontes de recursos 15, 22, 25. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 2.741.053,32
(-) Despesas liquidadas na função 12 com recursos vinculados diferentes da Educação (Função 12. Fonte de recursos iguais a 02, 14, 42, 23, 41, 12, 26, 21, 29, 43, 27, 50, 51, 52, 53, 54, 90, 91, 92, 16, 17, 24, 30, 81, 93 e 82. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5).	R\$ 0,00
(-) Outras despesas liquidadas que não se enquadram com a manutenção e desenvolvimento do Ensino (Não excluídas nos itens anteriores)	R\$ 507.756,52
(=) Total de recursos aplicados no Ensino provenientes de impostos	R\$ 11.005.759,93
Total da Receita Base	R\$ 32.619.876,01
Percentual sobre a receita base	33,73%
Limite mínimo sobre a receita base	25%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por função- APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 6.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para pagamento de RP Processados do Ensino

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(A) (=) Disponibilidade de Caixa Bruta nas fontes 00 e 01 em 31/12/16	R\$ 6.762.843,78
(B) (-) RP processados e não processados de exercícios anteriores	R\$ 162.911,78
(C) (-) RP processados e não processados inscritos em 2016 nas fontes ordinária e demais fontes não vinculadas ao Ensino (Fontes 00, 02, 12, 14, 16, 17, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 81, 82, 90, 91, 92, 93, 94)	R\$ 1.069.751,22
(D) (=) Disponibilidade para pagamento de RP Processados de Ensino inscritos no 2016. Fontes 00 e 01	R\$ 5.530.180,78
(E) RP processados do Ensino inscritos no [Exercício corrente]. Função 12 Fontes 00 e 01 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 49.663,55
(F) (=) RP processados do Ensino inscritos no 2016 (Fontes 00 e 01) sem disponibilidade financeira	R\$ 0,00

Espaço Controle Externo>Contas de Governo 2017>Planilhas Auxiliares> Disponibilidade Caixa Bruta para pagamento de Restos a Pagar.

Quadro 6.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
			Merenda escolar(Detalhada no apêndice B)	R\$ 507.756,52
				R\$ 507.756,52



Levantamento da equipe técnica.

Quadro 6.5 - Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério. Recursos FUNDEB

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Valor da receita do FUNDEB	R\$ 16.301.949,00
Gasto com remuneração e valorização dos profissionais do magistério ensinos infantil e fundamental	R\$ 11.284.437,86
% da aplicação s/ a receita do FUNDEB	69,22%
Limite percentual mínimo	60%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Função. APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.



Anexo 7 - SAÚDE

Quadro 7.1 - Receita base para aplicação em ações e serviços públicos de saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita resultante de impostos	R\$ 1.412.566,68
IPTU Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana	R\$ 129.412,03
ITBI Imposto sobre Transmissão de Bens "Inter Vivos"	R\$ 224.589,21
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 988.039,43
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 592,11
Dívida Ativa Proveniente de Impostos	R\$ 49.110,99
Juros e multas provenientes de Impostos	R\$ 5.155,57
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa Tributária de Impostos	R\$ 15.667,34
Transferências	R\$ 31.207.309,33
FPM Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 18.273.335,74
Cota Parte ICMS	R\$ 11.732.600,46
Desoneração ICMS (LC 87/96)	R\$ 46.597,98
Cota Parte IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados)	R\$ 0,00
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 271.144,48
Cota Parte IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	R\$ 883.630,67
Cota Parte IOF s/ ouro – Imposto sobre Operações Financeiras	R\$ 0,00
Total receita base	R\$ 32.619.876,01
Valor mínimo - 15% (Saúde)	R\$ 4.892.981,40

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 7.2 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(+) Total da despesa empenhada em Saúde no exercício Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 14.732.151,99
(+) Despesas Empenhadas no exercício referentes à amortização e aos respectivos encargos financeiros decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 01/01/2000, visando ao financiamento de ações e serviços públicos de Saúde (art. 24, § 3º, da LC nº 141/2012)	R\$ 0,00



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(-) Restos a pagar processados e não processados da Saúde inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 02 e Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Exceto Elemento de Despesa 01 e 03) (Resolução de Consulta nº 14/2012)	R\$ 0,00
(=) Despesa bruta na Função Saúde	R\$ 14.732.151,99
(+) Despesas Empenhadas com saneamento (Função 17) nos termos do art. 3º, VI e VII, da LC nº 141/2012 Fonte: 00 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 Exceto: Elemento de Despesa 01 e 03.	R\$ 0,00
(-) Despesa empenhada com aposentadorias e pensões dos servidores Saúde, caso essas tenham sido realizadas na função Saúde (art. 4º, I, da LC nº 141/2012). Função 10; Elemento de Despesa 01 e 03. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 0,00
(-) Despesas empenhadas de convênios e programas referentes à Saúde - art. 4º, X, da LC nº 141/2012. (Até o limite dos recursos recebidos) Função 10; Fonte de Recurso 12, 14, 23, 26, 41 e 42; Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03)	R\$ 5.487.167,59
(-) Despesas Empenhadas na função 10 com recursos vinculados diferentes da Saúde Função 10. Fontes de recursos diferentes de 02, 12, 14, 23, 26, 41, 42 e 94. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03).	R\$ 0,00
(-) Outras despesas empenhadas que não se enquadram em ações e serviços públicos de Saúde e saneamento. Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Não excluídas nos itens anteriores)	R\$ 2.690.820,66
(=) Total de despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde	R\$ 6.554.163,74
Total da Receita Base	R\$ 32.619.876,01
(=) Percentual aplicado em saúde	20,09%
Limite mínimo aplicado em saúde	15%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Função.

Quadro 7.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para Pagamento de Restos a Pagar da Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(A) (=) Disponibilidade de Caixa Bruta nas fontes 00 e 02 em 31/12/2016	R\$ 9.157.199,63
(B) (-) RP processados e não processados de exercícios anteriores	R\$ 162.911,78
(C) (-) RP inscritos em 2016 nas fontes ordinária e demais fontes não vinculadas à Saúde (Fontes 00, 01, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 30, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 81, 82, 90, 91, 92, 93, 94; Função diferente de 10)	R\$ 1.808.476,78



DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(D) (=) (In) Disponibilidade para pagamento de RP Processados e não Processados da Saúde inscritos em 2016]. Fontes 00 e 02	R\$ 7.185.811,07
(E) RP Processados e não Processados da Saúde inscritos em 2016. Função 10. Fontes 00 e 02. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03	R\$ 492.950,42
(F) (=) Restos a pagar processados e não processados da saúde inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 02. Exceto Elemento de Despesa 01 e 03; Natureza de Despesa 2 e 6.	R\$ 0,00

Espaço Controle Externo>Contas de Governo 2017>Planilhas Auxiliares> Disponibilidade Caixa Bruta para pagamento de Restos a Pagar

Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como ações e serviços públicos de Saúde

Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
			Complementos das despesas empenhadas de convênios e programas referentes à Saúde de acordo com a RREO do 6º bimestre de 2016 que somou R\$ 8.177.988,25	R\$ 2.690.820,66
				R\$ 2.690.820,66

Levantamento da equipe técnica.



Anexo 8 - PESSOAL

Quadro 8.1 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo / Janeiro a Junho

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Execução das Despesas de Pessoal - Janeiro a Junho								
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	R\$ 97.961,56	R\$ 14.726,70	R\$ 14.726,70	R\$ 16.467,04	R\$ 17.347,04	R\$ 17.347,04	R\$ 17.347,04
3.1.90.03	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R\$ 59.543,02	R\$ 10.804,87	R\$ 9.747,63	R\$ 9.747,63	R\$ 9.005,99	R\$ 10.489,27	R\$ 9.747,63
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R\$ 5.025.220,79	R\$ 354.681,40	R\$ 465.249,82	R\$ 919.551,88	R\$ 1.001.957,99	R\$ 1.104.002,20	R\$ 1.179.777,50
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R\$ 127.508,59	R\$ 19.992,66	R\$ 21.186,16	R\$ 20.926,15	R\$ 24.974,97	R\$ 22.415,99	R\$ 18.012,66
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 7.186.396,11	R\$ 977.911,51	R\$ 1.396.204,30	R\$ 1.179.677,81	R\$ 1.115.109,66	R\$ 1.317.416,89	R\$ 1.200.075,94
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 1.339.075,62	R\$ 107.372,92	R\$ 189.215,75	R\$ 241.402,49	R\$ 252.161,77	R\$ 273.212,00	R\$ 275.710,69



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
3.1.90.94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 4.511,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.511,30
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 600.947,99	R\$ 88.769,36	R\$ 91.730,59	R\$ 100.742,89	R\$ 101.693,21	R\$ 111.778,87	R\$ 106.233,07
		R\$ 14.441.164,98	R\$ 1.574.259,42	R\$ 2.188.060,95	R\$ 2.488.515,89	R\$ 2.522.250,63	R\$ 2.856.662,26	R\$ 2.811.415,83

Quadro Gastos com Pessoal detalhado



Quadro 8.2 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo /Julho a Dezembro

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Execução das Despesas de Pessoal - Julho a Dezembro								
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	R\$ 126.929,28	R\$ 18.227,04	R\$ 18.227,04	R\$ 18.227,04	R\$ 18.227,04	R\$ 18.227,04	R\$ 35.794,08
3.1.90.03	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R\$ 74.244,23	R\$ 9.747,63	R\$ 9.747,63	R\$ 9.747,63	R\$ 12.336,93	R\$ 11.226,75	R\$ 21.437,66
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R\$ 6.644.774,20	R\$ 1.082.673,84	R\$ 1.040.286,87	R\$ 1.059.716,90	R\$ 1.033.339,89	R\$ 954.767,83	R\$ 1.473.988,87
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R\$ 112.742,51	R\$ 18.401,76	R\$ 19.985,77	R\$ 17.777,17	R\$ 7.739,01	R\$ 24.951,14	R\$ 23.887,66
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 7.992.097,11	R\$ 1.169.517,25	R\$ 1.178.682,11	R\$ 1.217.000,24	R\$ 1.197.186,70	R\$ 1.098.909,83	R\$ 2.130.800,98
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 1.758.286,24	R\$ 273.515,84	R\$ 267.475,85	R\$ 329.377,99	R\$ 268.632,46	R\$ 243.102,44	R\$ 376.181,66
3.1.90.94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 4.858,40	R\$ 3.737,75	R\$ 1.120,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 771.350,44	R\$ 106.709,18	R\$ 104.524,11	R\$ 105.489,40	R\$ 99.786,38	R\$ 111.125,65	R\$ 243.715,72
		R\$ 17.485.282,41	R\$ 2.682.530,29	R\$ 2.640.050,03	R\$ 2.757.336,37	R\$ 2.637.248,41	R\$ 2.462.310,68	R\$ 4.305.806,63

Quadro Gastos com Pessoal detalhado



Quadro 8.3 - Gastos com pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 34.860.802,93	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 34.261.873,74	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 598.929,19	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 608.298,89	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 9.369,70	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores Consolidado (Exceto RPPS)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 598.929,19	R\$ 0,00
2.5 - Outros (conforme entendimento da equipe técnica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 34.252.504,04	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (Antes da Dedução do IRRF) (3a + 3b)	R\$ 34.252.504,04	
5 - Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 633.695,78	
6 - DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 33.618.808,26	

Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.



Quadro 8.4 - Gastos com pessoal. Poder Legislativo (arts. 18 a 22 LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 1.179.179,54	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 1.179.179,54	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Outros (conforme entendimento da equipe técnica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 1.179.179,54	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (Antes da Dedução IRRF) (3a + 3b)	R\$ 1.179.179,54	
5 - Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 49.739,99	
6 - DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 1.129.439,55	

Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro 8.5 - Apuração do cumprimento do limite legal individual - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016

PODER	DESPESA TOTAL COM PESSOAL	RCL	%
Executivo	R\$ 32.489.368,71	R\$ 61.816.787,32	52,55%
Legislativo	R\$ 1.129.439,55	R\$ 61.816.787,32	1,82%

Quadro: Gastos com pessoal - Detalhado e Quadro: Receita Corrente Líquida.



Quadro 8.6 - Apuração do cumprimento do limite legal - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR (R\$)
1- DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP)	R\$ 33.618.808,26
2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	R\$ 61.816.787,32
3 - % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL	54,38%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF)	54%

Quadro Gastos com Pessoal Detalhado e Quadro Receita Corrente Líquida.

Quadro 8.7 - Gastos com Pessoal Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 34.261.873,74	R\$ 0,00	R\$ 33.082.694,20	R\$ 0,00	R\$ 1.179.179,54	R\$ 0,00
1.1.1 Vencimentos e Vantagens Fixas (3.X.XX.11.XX)	R\$ 16.178.138,30	R\$ 0,00	R\$ 15.178.493,22	R\$ 0,00	R\$ 999.645,08	R\$ 0,00
1.1.2 Obrigações Trabalhistas (3.1.XX.07.XX+ 3.X.XX.09.XX+ 3.1.XX.13.XX)	R\$ 4.649.194,75	R\$ 0,00	R\$ 4.469.660,29	R\$ 0,00	R\$ 179.534,46	R\$ 0,00
1.1.3 Ressarcimento com Pessoal Requisitado (3.1.XX.96.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.4 Contratação Temporária (3.X.XX.04.XX)	R\$ 11.669.994,99	R\$ 0,00	R\$ 11.669.994,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.5 Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil (3.1.XX.16.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.1.6 Depósitos Compulsórios (3.1.XX.67.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.7 Sentenças Judiciais (3.1.XX.91.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.8 Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.XX.92.04 + 3.1.XX.92.07+ 3.1.XX.92.09+ 3.1.XX.92.11 + 3.1.XX.92.13+ 3.1.XX.92.16)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.9 Indenizações Trabalhistas (3.X.XX.94.XX)	R\$ 9.369,70	R\$ 0,00	R\$ 9.369,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.10 Valor Acrescido pela Equipe	R\$ 1.755.176,00	R\$ 0,00	R\$ 1.755.176,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 598.929,19	R\$ 0,00	R\$ 598.929,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.1 Aposentadorias e Reformas (3.X.XX.01.XX)	R\$ 224.890,84	R\$ 0,00	R\$ 224.890,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.2 Pensões (3.X.X.03.XX)	R\$ 133.787,25	R\$ 0,00	R\$ 133.787,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.3 Benefícios Previdenciários (3.X.XX.05.XX)	R\$ 240.251,10	R\$ 0,00	R\$ 240.251,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.4 Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.XX.92.01 + 3.1.XX.92.03)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.2.5 Valor Acrescido pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) (3.1.XX.34.XX+ 3.3.XX34.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (3.X.XX.94.XX)	R\$ 9.369,70	R\$ 0,00	R\$ 9.369,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial (3.1.XX.91.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 – Despesas de Exercícios Anteriores CONSOLIDADO (3.1.XX.92.01+ 3.1.XX.92.03 +3.1.XX.92.04 + 3.1.XX.92.07+ 3.1.XX.92.09+ 3.1.XX.92.11 + 3.1.XX.92.13+ 3.1.XX.92.16)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 598.929,19	R\$ 0,00	R\$ 598.929,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.1 Aposentadorias e Reformas - Somente RPPS (3.X.XX.01.XX)	R\$ 224.890,84	R\$ 0,00	R\$ 224.890,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
2.4.2 Pensões - Somente RPPS (3.X.XX.03.XX)	R\$ 133.787,25	R\$ 0,00	R\$ 133.787,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.3 Benefícios Previdenciários - Somente RPPS (3.X.XX.05.XX)	R\$ 240.251,10	R\$ 0,00	R\$ 240.251,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.4 Salário família - Somente RPPS (3.X.XX.09.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5. Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 34.252.504,04	R\$ 0,00	R\$ 33.073.324,50	R\$ 0,00	R\$ 1.179.179,54	R\$ 0,00
DTP (Antes da Dedução do IRRF)	R\$ 34.252.504,04		R\$ 33.073.324,50		R\$ 1.179.179,54	
3 – Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 633.695,78		R\$ 583.955,79		R\$ 49.739,99	
DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 33.618.808,26		R\$ 32.489.368,71		R\$ 1.129.439,55	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.



Anexo 9 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL

Quadro 9.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art.29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 2.491.100,67
Impostos	R\$ 1.826.817,46
IPTU	R\$ 214.268,75
IRRF	R\$ 583.100,45
ITBI	R\$ 138.812,03
ISSQN	R\$ 890.636,23
ITR	R\$ 0,00
TAXAS	R\$ 478.275,93
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Juros e multas das receitas tributárias	R\$ 22.279,85
Receita da Dívida Ativa Tributária	R\$ 127.765,15
Juros e multas da dívida ativa tributária	R\$ 35.962,28
Transferências da União	R\$ 16.126.519,55
FPM	R\$ 15.811.858,33
Transf. ITR	R\$ 232.197,27
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 47.439,22
CIDE	R\$ 35.024,73
Transferências do Estado	R\$ 10.180.858,61
ICMS	R\$ 9.432.666,14
IPVA	R\$ 748.192,47
IPI (Exportação)	R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 28.798.478,83
População do Município	33.575
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 2.015.893,51
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 1.951.593,49
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 1.941.843,12

APLIC > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente

Quadro 9.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO	SEQ
-----------	-----------	------------------	-------------------	-------------------	----------	-----



DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO	SEQ
Repasse do Poder Executivo	R\$ 1.951.593,49	R\$ 28.798.478,83	6,77%	7,00%	REGULAR	1
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 1.941.843,12	R\$ 28.798.478,83	6,74%	7,00%	REGULAR	1
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 1.129.439,55	R\$ 1.951.593,49	57,87%	70%	REGULAR	1
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 1.129.439,55	R\$ 61.816.787,32	1,82%	6%	REGULAR	1

APLIC > Unidade Gestora: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária. APLIC > Unidade Gestora: Câmara Municipal > Impressões > Anexos da Lei 4.320/64 > DVP > Transferência Intragovernamentais



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - DESPESAS COM PESSOAL LANÇADAS PELA EQUIPE DE AUDITORIA

APÊNDICE - A

DESPESAS COM PESSOAL LANÇADAS PELA EQUIPE DE AUDITORIA



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
Conselheiro José Carlos Novelli
Telefones: (65) 3613-2999 / 7198
e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

DESPESAS COM PESSOAL LANÇADAS PELA EQUIPE DE AUDITORIA CONFORME RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 29/2013

CONSULTA DE EMPENHOS
UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/2016
GERADO EM: 07/06/2017 14:46:07

Data	Nº do Empenho	Credor	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Retido(Liquidado)	Valor Pago	Elemento de Despesa(descrição)	Descrição
04/01/2016	000078/2016	EVELIN OLIVERT BERFT	R\$ 46.000,00	R\$ 46.000,00	R\$ 0,00	R\$ 46.000,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM O 4 TERMO ADITIVO DO CONTRATO N 002/2015 EM FAVOR DA EMPRESA EVELIN OLIVERT BERFT SERVIÇOS MEDICOS NA UNIDADE BASICA DE SAUDE DA FAMILIA EM REGIME DE TRABALHO DE 40 HORAS SEMANAIS
25/02/2016	000887/2016	EVELIN OLIVERT BERFT	R\$ 92.000,00	R\$ 92.000,00	R\$ 920,00	R\$ 91.080,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM O 5 TERMO ADITIVO DO CONTRATO N 002/2015 EM FAVOR DA EMPRESA EVELIN OLIVERT BERFT SERVIÇOS MEDICOS DA UNIDADE BASICA DE SAUDE DA FAMILIA EM REGIME DE TRABALHO DE 40 HORAS SEMANAIS
04/05/2016	002169/2016	MARIO NUNES - EPP	R\$ 93.550,00	R\$ 93.550,00	R\$ 6.080,75	R\$ 87.469,25	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS EMERGENCIAL PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL ANDRE MAGGI
04/05/2016	002170/2016	CLINICA MEDICA J D PEREIRA EPP	R\$ 276.750,00	R\$ 276.750,00	R\$ 17.988,75	R\$ 258.761,25	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS EMERGENCIAL PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL ANDRE MAGGI
04/05/2016	002171/2016	NEWTON ALVES RODRIGUES-ME	R\$ 88.892,00	R\$ 88.892,00	R\$ 5.777,98	R\$ 83.114,02	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS EMERGENCIAL PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL ANDRE MAGGI
04/05/2016	002172/2016	CLINICA MEDICA E PEDIATRICA ALVARENGA EIRELI - EPP	R\$ 89.900,00	R\$ 89.900,00	R\$ 5.843,50	R\$ 84.056,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS EMERGENCIAL PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL ANDRE MAGGI
12/05/2016	002247/2016	MARIO NUNES - EPP	R\$ 47.700,00	R\$ 47.700,00	R\$ 3.096,00	R\$ 44.604,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS MEDICOS CIRURGIAO GERAL CONSIDERANDO QUE EM VIRTUDE DO ATO LEGISLATIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA NO DIA 29/01/2016 FOI DETERMINADO AFASTAMENTO DO PREFEITO SR J
12/05/2016	002248/2016	CLINICA MEDICA E PEDIATRICA ALVARENGA EIRELI - EPP	R\$ 34.300,00	R\$ 34.300,00	R\$ 2.229,50	R\$ 32.070,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL CONSIDERANDO QUE EM VIRTUDE DO ATO LEGISLATIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA NO DIA 29/01/2016 FOI DETERMINADO AFASTAMENTO DO PREFEITO SR JO
12/05/2016	002249/2016	CLINICA MEDICA J D PEREIRA EPP	R\$ 104.600,00	R\$ 104.600,00	R\$ 6.799,00	R\$ 97.801,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PAGAMENTO DE SERVIÇOS MEDICOS ORTOPEDICOS CONSIDERANDO QUE EM VIRTUDE DO ATO LEGISLATIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA NO DIA 29/01/2016 FOI DETERMINADO AFASTAMENTO DO PREFEITO SR JOAO ASSI
12/05/2016	002250/2016	NEWTON ALVES RODRIGUES-ME	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00	R\$ 357,50	R\$ 5.142,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL CONSIDERANDO QUE EM VIRTUDE DO ATO LEGISLATIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA NO DIA 29/01/2016 FOI DETERMINADO AFASTAMENTO DO PREFEITO SR JO
12/05/2016	002252/2016	KHARINY MARIA G. DE O. E SILVA -ME	R\$ 6.050,00	R\$ 6.050,00	R\$ 0,00	R\$ 6.050,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL CONSIDERANDO QUE EM VIRTUDE DO ATO LEGISLATIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA NO DIA 29/01/2016 FOI DETERMINADO AFASTAMENTO DO PREFEITO SR JO
12/05/2016	002254/2016	NEWTON ALVES RODRIGUES-ME	R\$ 9.282,00	R\$ 9.282,00	R\$ 603,33	R\$ 8.678,67	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL CONSIDERANDO QUE EM VIRTUDE DO ATO LEGISLATIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA NO DIA 29/01/2016 FOI DETERMINADO AFASTAMENTO DO PREFEITO SR JO
27/07/2016	003572/2016	NEWTON ALVES RODRIGUES-ME	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 1.820,00	R\$ 26.180,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA GESTACIONAL ABDOMINAL VIAS URINARIAS E RENAL CONFORME PREGAO 019/2016
01/08/2016	003606/2016	CLINICA MEDICA J D PEREIRA EPP	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 5.850,00	R\$ 84.150,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTAÇÃO ED SERVIÇOS MEDICOS COMO ORTOPEDISTA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTOES CONFORME O PREGAO 019/2016
01/08/2016	003607/2016	CLINICA MEDICA J D PEREIRA EPP	R\$ 46.200,00	R\$ 40.150,00	R\$ 2.609,75	R\$ 37.540,25	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS DE PLANTOES DE 12 HORAS CONFORME O PREGAO 19/2016
01/08/2016	003609/2016	CLINICA MEDICA E PEDIATRICA ALVARENGA EIRELI - EPP	R\$ 33.516,00	R\$ 33.516,00	R\$ 2.178,54	R\$ 31.337,46	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS DE PLANTOES E SOBRE AVISO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL ANDRE MAGGI
01/08/2016	003611/2016	MARIO NUNES - EPP	R\$ 56.976,00	R\$ 56.976,00	R\$ 3.703,44	R\$ 53.272,56	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO CLINICO GERAL COM PLANTOES DE SOBRE AVISO NO HOSPITAL ANDRE MAGGI CONFORME O PREGAO 019/2016

01/08/2016	003612/2016	NEWTON ALVES RODRIGUES-ME	R\$ 77.520,00	R\$ 77.520,00	R\$ 4.716,16	R\$ 67.887,84	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS DE PLANTOES E SOBRE AVISO - CONFORME PREGAO 19/2016
01/08/2016	003613/2016	CLINICA MEDICA J D PEREIRA EPP	R\$ 103.500,00	R\$ 103.500,00	R\$ 6.727,50	R\$ 96.772,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS ORTOPEDICOS CIRURGICOS DE MEDIA E BAIXA COMPLEXIDADE NO HOSPITAL MUNICIPAL ANDRE MAGGI
03/10/2016	004501/2016	MARIO NUNES - EPP	R\$ 44.668,00	R\$ 44.668,00	R\$ 2.903,42	R\$ 41.764,58	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAS NA REALIZACAO DE EXAMES.
03/10/2016	004504/2016	CLINICA MEDICA J D PEREIRA EPP	R\$ 89.700,00	R\$ 79.500,00	R\$ 3.217,50	R\$ 46.282,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS CIRURGIAS ORTOPEDICAS DE MEDIA COMPLEXIDADE E DE BAIXA COMPLEXIDADE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA NESTE MUNICIPIO.
03/10/2016	004505/2016	CLINICA MEDICA E PEDIATRICA ALVARENGA EIRELI - EPP	R\$ 57.936,00	R\$ 47.070,00	R\$ 3.059,55	R\$ 44.010,45	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS MENSAL PLANTOES COM 12 INTERRUPTAS DE ACORDO COM A ESCALA PLANTOES SOBRE AVISO 12 HORAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA.
03/10/2016	004513/2016	EVELIN OLIVERT BERFT	R\$ 26.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 520,00	R\$ 25.480,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS 40 HORAS SEMANAS EM DIAS UTEIS NO PSF DISTRITO DE GUARIBA E (ATENDIMENTO DE URGENCIA NECESSARIAS EM QUALQUER HORARIO) CONFORME CONTRATO N 073/2016.
03/11/2016	005104/2016	MARIO NUNES - EPP	R\$ 16.568,00	R\$ 16.568,00	R\$ 1.076,92	R\$ 15.491,08	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS REFERENTE PLATOS MEDICOS E SOBRE AVISOS RELATIVO AO MES DE NOVEMBRO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA
03/11/2016	005105/2016	MARIO NUNES - EPP	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 1.755,00	R\$ 25.245,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS RELATIVO AO MES DE NOVEMBRO DE 2016. ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
03/11/2016	005106/2016	CLINICA MEDICA J D PEREIRA EPP	R\$ 9.900,00	R\$ 9.900,00	R\$ 643,50	R\$ 9.256,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESA COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS RELATIVO AO MES DE NOVEMBRO DE 2016. ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
03/11/2016	005107/2016	CLINICA MEDICA J D PEREIRA EPP	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 1.950,00	R\$ 28.050,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESA COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS RELATIVO AO MES DE NOVEMBRO DE 2016. ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
03/11/2016	005108/2016	CLINICA MEDICA E PEDIATRICA ALVARENGA EIRELI - EPP	R\$ 18.016,00	R\$ 18.016,00	R\$ 1.171,04	R\$ 16.844,96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESA COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS RELATIVO AO MES DE NOVEMBRO DE 2016. ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
03/11/2016	005109/2016	CLINICA MEDICA E PEDIATRICA ALVARENGA EIRELI - EPP	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 1.755,00	R\$ 25.245,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESA COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS RELATIVO AO MES DE NOVEMBRO DE 2016. ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
03/11/2016	005110/2016	NEWTON ALVES RODRIGUES-ME	R\$ 14.132,00	R\$ 14.132,00	R\$ 918,58	R\$ 13.213,42	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESA COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS RELATIVO AO MES DE NOVEMBRO DE 2016. ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
03/11/2016	005111/2016	NEWTON ALVES RODRIGUES-ME	R\$ 6.264,00	R\$ 6.264,00	R\$ 407,16	R\$ 5.856,84	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESA COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS RELATIVO AO MES DE NOVEMBRO DE 2016. ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
03/11/2016	005112/2016	EVELIN OLIVERT BERFT	R\$ 26.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 520,00	R\$ 25.480,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESA COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS RELATIVO AO MES DE NOVEMBRO DE 2016. ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
09/12/2016	008441/2016	EVELIN OLIVERT BERFT	R\$ 26.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESA COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS RELATIVO AO MES DE DEZEMBRO DE 2016. ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
09/12/2016	008443/2016	MARIO NUNES - EPP	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS RELATIVO AO MES DE DEZEMBRO 2016. ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
14/12/2016	008470/2016	NEWTON ALVES RODRIGUES-ME	R\$ 5.872,00	R\$ 5.872,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	VALOR QUE SE EMPENHA PARA ATENDER DESPESAS COM PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS DE PLANTOES E SOBRE AVISO - CONFORME PREGAO 19/2016
Total			R\$ 1.782.292,00	R\$ 1.755.176,00	R\$ 97.199,37	R\$ 1.564.188,63		



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - B - MERENDA ESCOLAR

APÊNDICE - B

MERENDA ESCOLAR



CONSULTA DE EMPENHOS
UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/2016
GERADO EM: 08/06/2017 10:47:40

Descrição	R\$
Despesa com Alimentação e Nutrição	983.712,70
FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	475.956,18
Exclusão	507.756,52

Data	Nº do Empenho	Credor	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Retido(Liquidação)	Valor Pago	Anulado Empenho	SubFunção(descrição)
18/01/2016	000435/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 36.341,07	R\$ 36.341,07	R\$ 0,00	R\$ 36.341,07	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
05/02/2016	000693/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 1.374,62	R\$ 1.374,62	R\$ 0,00	R\$ 1.374,62	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
25/02/2016	000881/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 29.960,40	R\$ 29.960,40	R\$ 0,00	R\$ 29.960,40	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
26/02/2016	000893/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 45.621,55	R\$ 45.621,55	R\$ 0,00	R\$ 45.621,55	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
23/03/2016	001563/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 30.469,69	R\$ 30.469,69	R\$ 0,00	R\$ 30.469,69	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
30/03/2016	001584/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 69.453,71	R\$ 69.453,71	R\$ 0,00	R\$ 69.453,71	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
31/03/2016	001588/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 6.529,50	R\$ 6.529,50	R\$ 0,00	R\$ 6.529,50	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
26/04/2016	001901/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 20.001,94	R\$ 20.001,94	R\$ 0,00	R\$ 20.001,94	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
29/04/2016	001934/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 29.590,76	R\$ 29.590,76	R\$ 0,00	R\$ 29.590,76	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
29/04/2016	001935/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 9.700,00	R\$ 9.700,00	R\$ 0,00	R\$ 9.700,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
29/04/2016	002712/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 191.065,78	R\$ 191.065,78	R\$ 0,00	R\$ 191.065,78	R\$ 43,16	Alimentação e Nutrição
25/08/2016	003763/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 11.803,30	R\$ 11.803,30	R\$ 0,00	R\$ 11.803,30	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
29/08/2016	003791/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 7.733,00	R\$ 7.733,00	R\$ 0,00	R\$ 7.733,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
29/08/2016	003792/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 5.040,00	R\$ 5.040,00	R\$ 0,00	R\$ 5.040,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
05/09/2016	004026/2016	ZENOBIA OLIMPIA DE ARRUDA - ME	R\$ 4.278,00	R\$ 4.278,00	R\$ 0,00	R\$ 4.278,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
13/09/2016	004112/2016	ZENOBIA OLIMPIA DE ARRUDA - ME	R\$ 1.477,00	R\$ 1.477,00	R\$ 0,00	R\$ 1.477,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
13/09/2016	004113/2016	ZENOBIA OLIMPIA DE ARRUDA - ME	R\$ 571,00	R\$ 571,00	R\$ 0,00	R\$ 571,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
21/09/2016	004199/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 9.690,00	R\$ 9.690,00	R\$ 0,00	R\$ 9.690,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
21/09/2016	004200/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 15.212,00	R\$ 15.212,00	R\$ 0,00	R\$ 15.212,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
21/09/2016	004201/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 10.207,50	R\$ 10.207,50	R\$ 0,00	R\$ 10.207,50	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
22/09/2016	004214/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 30.131,19	R\$ 30.131,19	R\$ 0,00	R\$ 30.131,19	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
22/09/2016	004215/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 18.253,17	R\$ 18.253,17	R\$ 0,00	R\$ 18.253,17	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
22/09/2016	004216/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 82.059,70	R\$ 82.059,70	R\$ 0,00	R\$ 82.059,70	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
27/10/2016	005074/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 12.800,20	R\$ 12.800,20	R\$ 0,00	R\$ 12.800,20	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
27/10/2016	005075/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 7.644,50	R\$ 7.644,50	R\$ 0,00	R\$ 7.644,50	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
27/10/2016	005076/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 22.096,96	R\$ 22.096,96	R\$ 0,00	R\$ 22.096,96	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
27/10/2016	005077/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 12.586,27	R\$ 12.586,27	R\$ 0,00	R\$ 12.586,27	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
28/10/2016	005082/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 6.042,50	R\$ 6.042,50	R\$ 0,00	R\$ 6.042,50	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
28/10/2016	005083/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 49.394,65	R\$ 49.394,65	R\$ 0,00	R\$ 49.394,65	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
03/11/2016	005126/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 5.636,00	R\$ 5.636,00	R\$ 0,00	R\$ 5.636,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
03/11/2016	005127/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 4.360,00	R\$ 4.360,00	R\$ 0,00	R\$ 4.360,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
03/11/2016	005128/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 16.607,45	R\$ 16.607,45	R\$ 0,00	R\$ 16.607,45	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
03/11/2016	005129/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 9.362,39	R\$ 9.362,39	R\$ 0,00	R\$ 9.362,39	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
03/11/2016	005130/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 8.390,70	R\$ 8.390,70	R\$ 0,00	R\$ 8.390,70	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
03/11/2016	005131/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 5.639,20	R\$ 5.639,20	R\$ 0,00	R\$ 5.639,20	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
01/12/2016	008202/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 10.966,00	R\$ 10.966,00	R\$ 0,00	R\$ 10.966,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
12/12/2016	008449/2016	COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP	R\$ 145.621,00	R\$ 145.621,00	R\$ 0,00	R\$ 145.621,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
21/12/2016	008551/2016	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA COLNIZA	R\$ 24.179,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Alimentação e Nutrição
Total			R\$ 1.007.891,70	R\$ 983.712,70				



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefones: (65) 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - C - RREO_6º Bimestre e RGF do 3º Quadrimestre

APÊNDICE - C

RREO_6º Bimestre e RGF do 3º Quadrimestre



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro/2016 a Dezembro /2016 - Consolidado Total

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	33.105.626,93	
Pessoal Ativo	32.746.948,84	
Pessoal Inativo e Pensionistas	358.678,09	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	9.369,70	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	9.369,70	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	33.096.257,23	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)		33.096.257,23

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	62.449.627,31	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	33.096.257,23	53,00 %
LIMITE MÁXIMO VI (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	37.469.776,39	60,00 %
LIMITE PRUDENCIAL VII (§ único do art. 22 da LRF)	32.036.658,81	51,30 %
LIMITE DE ALERTA VIII (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	33.722.798,75	54,00 %

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
CNPJ: 04213687000102
AVENIDA TARUMA - 0000033 - CENTRO
Telefone 06635711000

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Quadrimestral - 01/2016 à 12/2016

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	122.603,56	80.329,30	83.568,01	92.004,66
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	122.603,56	80.329,30	83.568,01	92.004,66
Interna	122.603,56	80.329,30	83.568,01	92.004,66
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.673.728,33	12.616.281,08	11.829.001,36	6.864.035,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.535.919,05	14.218.285,28	13.499.605,26	7.043.929,82
Demais Haveres Financeiros	141.273,26	137.269,44	60.809,98	651.337,78
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.003.463,98	1.739.273,64	1.731.413,88	831.232,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.551.124,77	-12.535.951,78	-11.745.433,35	-6.772.030,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	46.716.275,95	55.100.063,19	58.018.678,44	62.449.627,31
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,26	0,15	0,14	0,15
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-7,60	-22,75	-20,24	-10,84
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	122.603,56	80.329,30	83.568,01	92.004,66
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	122.603,56	80.329,30	83.568,01	92.004,66
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	122.603,56	80.329,30	83.568,01	92.004,66
Previdenciárias	122.603,56	80.329,30	83.568,01	92.004,66
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	488.294,11	478.981,70	553.757,16	119.077,32
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.784.537,57	2.774.917,74	2.265.823,54	53.923,37
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	19.664.437,07	19.664.437,07	19.664.437,07	19.664.437,07
Passivo Atuarial	19.664.437,07	19.664.437,07	19.664.437,07	19.664.437,07
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) ¹	14.620.183,51	17.015.810,55	18.504.330,94	20.386.036,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.060,92	2.397.687,96	3.886.208,35	5.767.914,07
Investimentos	14.618.122,59	14.618.122,59	14.618.122,59	14.618.122,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	5.044.253,56	2.648.626,52	1.160.106,13	-721.599,59



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
CNPJ: 04213687000102
AVENIDA TARUMA - 0000033 - CENTRO
Telefone 06635711000

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Quadrimestral - 01/2016 à 12/2016

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Dezembro de 2016

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I) Aval ou Fiança em Operações de Crédito Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II) Aval ou Fiança em Operações de Crédito Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	46.716.275,95	55.100.063,19	58.018.678,44	62.449.627,31
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	%			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	90,00%			

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V) Aval ou Fiança em Operações de Crédito Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (VI) Aval ou Fiança em Operações de Crédito Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: MUNICÍPIO DE COLNIZA

Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



MUNICÍPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Terceiro Quadrimestre - Setembro à Dezembro de 2016

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES		
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (a)	Executado Até o Quadrimestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	0,00
Demais Antecipações da Receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite para Fins de Contratação	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	62.449.627,31	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00%
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00%	0,00	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%

Fonte: MUNICÍPIO DE COLNIZA

Nota: ¹ Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Terceiro Quadrimestre - Setembro à Dezembro de 2016

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

ESVANDIR ANTONIO MENDES

Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA

Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA

Contador(a)



MUNICÍPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)	7.043.929,93	86.378,13	744.854,21	53.923,37	-212.169,27	6.370.943,49	1.800.024,11	0,00
010000000 - Recursos Ordinários	11.657.942,17	0,00	102.368,74	23,37	293.780,77	11.261.769,29	466.332,65	0,00
010100000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-4.097.930,78	0,00	47.938,46	0,00	15.068,22	-4.160.937,46	595.048,28	0,00
010200000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-1.889.989,00	67.405,00	384.721,95	0,00	-41.180,85	-2.300.935,10	108.228,47	0,00
010300000 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal, servidores e compensação)	2.903,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.903,89	0,00	0,00
011400000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	171.196,05	18.973,13	63.970,52	53.900,00	-20.378,85	54.731,25	137.005,52	0,00
011500000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FNDE	-326.097,25	0,00	21.211,26	0,00	0,00	-347.308,51	479,05	0,00
011600000 - Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE	122.931,63	0,00	0,00	0,00	0,00	122.931,63	0,00	0,00
011700000 - Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Iluminacao Publica - COSIP	474.257,22	0,00	0,00	0,00	0,00	474.257,22	0,00	0,00
011800000 - Transferencias do FUNDEB - (aplicacao na remuneracao dos profissionais do Magisterio em efetivo exer	-916.216,21	0,00	0,00	0,00	-52.993,36	-863.222,85	0,00	0,00
011900000 - Transferencias do FUNDEB - (aplicacao em outras despesas da Educacao Basica)	35.166,33	0,00	100.691,20	0,00	-55.783,07	-9.741,80	4.900,00	0,00
012200000 - Transferencias de Convenios - Educacao	179.445,96	0,00	10.159,98	0,00	-283,14	169.569,12	433.198,38	0,00
012300000 - Transferencias de Convenios - Saude	640.577,75	0,00	0,00	0,00	-349.886,47	990.464,22	0,00	0,00
012400000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)	495.534,07	0,00	0,00	0,00	0,00	495.534,07	0,00	0,00
012900000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS	231.116,25	0,00	0,00	0,00	-512,52	231.628,77	0,00	0,00
013000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	28.351,51	0,00	12.632,10	0,00	0,00	15.719,41	12.436,68	0,00
014200000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	285.292,40	0,00	1.160,00	0,00	0,00	284.132,40	41.315,08	0,00
014300000 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	-50.552,06	0,00	0,00	0,00	0,00	-50.552,06	1.080,00	0,00
TOTAL (III) = (I = II)	7.043.929,93	86.378,13	744.854,21	53.923,37	-212.169,27	6.370.943,49	1.800.024,11	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 1	20.386.036,66	0,00	0,00	3.127,29	0,00	20.382.909,37	0,00	0,00

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



MUNICIPIO DE COLNIZA - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATE O 3 QUADRIMESTRE DE 2016

LRF, art. 48 – Anexo 06

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	33.096.257,23	52,99 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 60,00%	37.469.776,39	60,00 %
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 51,30%	32.036.658,81	51,30 %
DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-6.772.030,60	-10,84 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
OPERACOES DE CREDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS		0,00 %
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %		0,00 %
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Total		7.151.615,39

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ESVANDIR ANTONIO MENDES
PREFEITO MUNICIPAL DE
COLNIZA

ADEMIR DA SILVA
SECRETARIO DE FINANÇAS

MARCELO FOGAÇA SALDANHA
CONTADOR/CRC-MT 017.281/0-

8



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO - CONSOLIDADO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	64.245.000,00	64.857.949,43	8.781.569,47	58.944.655,38	5.913.294,05	12.061.671,19	57.144.631,27	7.713.318,16	56.399.777,06	1.800.024,11
DESPESAS CORRENTES	49.639.600,00	55.699.192,06	8.640.654,19	53.868.487,60	1.830.704,46	11.421.776,49	53.366.319,97	2.332.872,09	52.755.465,76	502.167,63
Pessoal e Encargos Sociais	27.305.100,00	32.433.807,66	6.637.094,09	31.697.915,20	735.892,46	6.638.246,69	31.697.915,20	735.892,46	31.697.915,20	
Juros e Encargos da Dívida	12.000,00	21.267,33	3.031,48	21.267,33		3.031,48	21.267,33		21.267,33	
Outras Despesas Correntes	22.322.500,00	23.244.117,07	2.000.528,62	22.149.305,07	1.094.812,00	4.780.498,32	21.647.137,44	1.596.979,63	21.036.283,23	502.167,63
DESPESAS DE CAPITAL	10.836.900,00	6.144.257,37	140.915,28	5.076.167,78	1.068.089,59	639.894,70	3.778.311,30	2.365.946,07	3.644.311,30	1.297.856,48
Investimentos	10.636.900,00	5.778.668,19	155.344,80	4.726.250,16	1.052.418,03	624.258,27	3.428.393,68	2.350.274,51	3.294.393,68	1.297.856,48
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	200.000,00	365.589,18	-14.429,52	349.917,62	15.671,56	15.636,43	349.917,62	15.671,56	349.917,62	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.768.500,00	3.014.500,00			3.014.500,00			3.014.500,00		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)	1.255.000,00	1.409.614,57	363.927,93	1.407.711,73	1.902,84	364.332,08	1.407.711,73	1.902,84	1.407.711,73	
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	65.500.000,00	66.267.564,00	9.145.497,40	60.352.367,11	5.915.196,89	12.426.003,27	58.552.343,00	7.715.221,00	57.807.488,79	1.800.024,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	65.500.000,00	66.267.564,00	9.145.497,40	60.352.367,11	5.915.196,89	12.426.003,27	58.552.343,00	7.715.221,00	57.807.488,79	1.800.024,11
SUPERÁVIT (XIII)				7.204.356,97			9.004.381,08		9.749.235,29	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	65.500.000,00	66.267.564,00	9.145.497,40	67.556.724,08	-1.289.160,08	12.426.003,27	67.556.724,08	-1.289.160,08	67.556.724,08	1.800.024,11



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO - CONSOLIDADO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.255.000,00	1.409.614,57	363.927,93	1.407.711,73	1.902,84	364.332,08	1.407.711,73	1.902,84	1.407.711,73	
DESPESAS CORRENTES	1.255.000,00	1.409.614,57	363.927,93	1.407.711,73	1.902,84	364.332,08	1.407.711,73	1.902,84	1.407.711,73	
Pessoal e Encargos Sociais	1.255.000,00	1.409.614,57	363.927,93	1.407.711,73	1.902,84	364.332,08	1.407.711,73	1.902,84	1.407.711,73	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretário de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO - CONSOLIDADO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	64.214.000,00	64.214.000,00	14.965.927,25	23,30	65.947.344,45	102,69	-1.733.344,45
RECEITAS CORRENTES	60.544.000,00	60.544.000,00	14.624.113,99	24,15	63.816.556,14	105,40	-3.272.556,14
RECEITA TRIBUTARIA	4.030.000,00	4.030.000,00	233.366,80	5,79	2.178.753,75	54,06	1.851.246,25
Impostos	1.540.000,00	1.540.000,00	224.851,48	14,60	1.745.013,96	113,31	-205.013,96
Taxas	2.480.000,00	2.480.000,00	8.515,32	0,34	433.739,79	17,48	2.046.260,21
Contribuição de Melhoria	10.000,00	10.000,00					10.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.425.000,00	1.425.000,00	434.896,06	30,51	1.811.913,23	127,15	-386.913,23
Contribuições Sociais	1.285.000,00	1.285.000,00	372.555,63	28,99	1.356.643,00	105,57	-71.643,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	140.000,00	140.000,00	62.340,43	44,52	455.270,23	325,19	-315.270,23
RECEITA PATRIMONIAL	1.703.000,00	1.703.000,00	615.288,27	36,12	4.550.549,12	267,20	-2.847.549,12
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	1.703.000,00	1.703.000,00	615.288,27	36,12	4.550.549,12	267,20	-2.847.549,12
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Patrimoniais							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	330.000,00	330.000,00	4.738,22	1,43	136.248,35	41,28	193.751,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	52.589.000,00	52.589.000,00	13.075.027,75	24,86	54.460.782,43	103,55	-1.871.782,43
Transferências Intergovernamentais	51.829.000,00	51.829.000,00	12.862.797,71	24,81	53.807.543,83	103,81	-1.978.543,83
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	760.000,00	760.000,00	212.230,04	27,92	653.238,60	85,95	106.761,40
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	467.000,00	467.000,00	260.796,89	55,84	678.309,26	145,24	-211.309,26
Multa de Juros de Mora	112.000,00	112.000,00	2.048,68	1,82	41.727,42	37,25	70.272,58
Indenizações e Restituições	55.000,00	55.000,00	55.935,71	101,70	311.708,83	566,74	-256.708,83
Receita da Dívida Ativa	270.000,00	270.000,00	45,45	0,01	72.346,11	26,79	197.653,89
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Dívidas							
Receitas Correntes Diversas	30.000,00	30.000,00	202.767,05	675,89	252.526,90	841,75	-222.526,90
RECEITAS DE CAPITAL	3.670.000,00	3.670.000,00	341.813,26	9,31	2.130.788,31	58,05	1.539.211,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.670.000,00	3.670.000,00	13.428,73	0,36	1.701.340,06	46,35	1.968.659,94
Transferências Intergovernamentais	1.670.000,00	1.670.000,00			405.456,78	24,27	1.264.543,22
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.000.000,00	2.000.000,00	13.428,73	0,67	1.295.883,28	64,79	704.116,72
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			328.384,53	453,00	429.448,25	825,00	-429.448,25
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas			328.384,53	453,00	429.448,25	825,00	-429.448,25
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	1.300.000,00	1.300.000,00	468.181,27	36,01	1.609.379,63	123,79	-309.379,63
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	65.514.000,00	65.514.000,00	15.434.108,52	23,55	67.556.724,08	103,11	-2.042.724,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	65.514.000,00	65.514.000,00	15.434.108,52	23,55	67.556.724,08	103,11	-2.042.724,08
DÉFICIT (VI)					9.004.381,08		
TOTAL (VII) = (V + VI)	65.514.000,00	65.514.000,00	15.434.108,52	23,55	76.561.105,16	116,86	-11.047.105,16



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO - CONSOLIDADO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A)							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.300.000,00	1.300.000,00	468.181,27	36,01	1.609.379,63	123,79	-309.379,63
RECEITAS CORRENTES	1.300.000,00	1.300.000,00	468.181,27	36,01	1.609.379,63	123,79	-309.379,63
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.292.000,00	1.292.000,00	465.149,79	36,00	1.588.958,39	122,98	-296.958,39
Contribuições Sociais	1.292.000,00	1.292.000,00	465.149,79	36,00	1.588.958,39	122,98	-296.958,39
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.000,00	8.000,00	3.031,48	37,89	20.421,24	255,26	-12.421,24
Multa de Juros de Mora	8.000,00	8.000,00	3.031,48	37,89	20.421,24	255,26	-12.421,24
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Dívidas							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - NOVEMBRO a DEZEMBRO de 2016
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	64.245.000,00	64.857.949,43	8.781.569,47	58.944.655,38	97,66	5.913.294,05	12.061.671,19	57.144.631,27	97,59	7.713.318,16	1.800.024,11
LEGISLATIVA	1.830.000,00	1.916.180,19	370.990,98	1.906.429,82	3,15	9.750,37	413.335,82	1.899.229,82	3,24	16.950,37	7.200,00
ACAO LEGISLATIVA	1.830.000,00	1.916.180,19	370.990,98	1.906.429,82	3,15	9.750,37	413.335,82	1.899.229,82	3,24	16.950,37	7.200,00
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO	9.078.000,00	6.547.363,06	758.585,59	6.317.416,03	10,46	229.947,03	1.144.026,38	6.246.429,71	10,66	300.933,35	70.986,32
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	635.000,00	620.569,33	45.742,88	599.565,12	0,99	21.004,21	166.906,02	599.565,12	1,02	21.004,21	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.128.000,00	1.838.253,85	224.885,61	1.812.430,01	3,00	25.823,84	346.525,22	1.792.421,69	3,06	45.832,16	20.008,32
ADMINISTRACAO GERAL	4.790.000,00	3.081.473,17	419.505,02	3.069.898,75	5,08	11.574,42	515.682,24	3.034.820,75	5,18	46.652,42	35.078,00
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	25.000,00	32.865,93		32.865,93	0,05			22.865,93	0,03	10.000,00	10.000,00
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	50.000,00	1.027,00		1.027,00				1.027,00			
ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.700.000,00	300.000,00		134.000,00	0,22	166.000,00		134.000,00	0,22	166.000,00	
PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	720.000,00	673.173,78	68.452,08	667.629,22	1,10	5.544,56	114.912,90	661.729,22	1,13	11.444,56	5.900,00
TECNOLOGIA DA INFORMACAO	30.000,00										
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.299.000,00	1.608.392,23	288.444,08	1.559.438,63	2,58	48.953,60	408.650,55	1.524.095,42	2,60	84.296,81	35.343,21
ASSISTENCIA AO IDOSO	20.000,00	190.145,58		190.145,58	0,31		84.203,22	155.882,37	0,26	34.263,21	34.263,21
ASSISTENCIA ESPECIAL	1.279.000,00	1.418.246,65	288.444,08	1.369.293,05	2,26	48.953,60	324.447,33	1.368.213,05	2,33	50.033,60	1.080,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.000.000,00	4.000.000,00	140.719,74	736.666,02	1,22	3.263.333,98	172.720,71	736.666,02	1,25	3.263.333,98	
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	4.000.000,00	4.000.000,00	140.719,74	736.666,02	1,22	3.263.333,98	172.720,71	736.666,02	1,25	3.263.333,98	
SAÚDE	12.240.000,00	15.083.713,43	2.036.100,32	14.498.857,46	24,02	584.855,97	3.373.811,37	14.212.308,39	24,27	871.405,04	286.549,07
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	7.160.200,00	9.274.667,78	1.040.608,96	8.965.264,95	14,85	309.402,83	1.932.422,80	8.798.363,09	15,02	476.304,69	166.901,86
ATENCAO BASICA	3.605.800,00	3.887.906,39	647.680,01	3.720.609,72	6,16	167.296,67	818.019,87	3.640.065,57	6,21	247.840,82	80.544,15
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	500.000,00	437.629,78		437.629,78	0,72		75.687,80	398.847,42	0,68	38.782,36	38.782,36
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	974.000,00	1.483.509,48	347.811,35	1.375.353,01	2,27	108.156,47	547.680,90	1.375.032,31	2,34	108.477,17	320,70
TRABALHO	15.000,00										
EMPREGABILIDADE	15.000,00										
EDUCAÇÃO	22.290.000,00	24.260.189,36	4.498.869,22	23.574.615,76	39,06	685.573,60	5.313.305,28	22.281.214,65	38,05	1.978.974,71	1.293.401,11
ALIMENTACAO E NUTRICAO	755.000,00	1.007.895,96	230.761,74	1.007.891,70	1,67	4,26	317.147,82	983.712,70	1,68	24.183,26	24.179,00
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	20.000,00										
EDUCACAO ESPECIAL	24.000,00										
EDUCACAO INFANTIL	1.555.000,00	1.544.148,08		1.279.889,37	2,12	264.258,71		504.003,31	0,86	1.040.144,77	775.886,06
ENSINO FUNDAMENTAL	19.886.000,00	21.708.145,32	4.268.107,48	21.286.834,69	35,27	421.310,63	4.996.157,46	20.793.498,64	35,51	914.646,68	493.336,05
ENSINO PROFISSIONAL	20.000,00										
ENSINO SUPERIOR	30.000,00										
CULTURA	55.000,00										
DIFUSAO CULTURAL	55.000,00										
DIREITOS DA CIDADANIA	35.000,00										
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSO	35.000,00										



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - NOVEMBRO a DEZEMBRO de 2016
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
URBANISMO	4.164.000,00	2.619.028,88	287.868,16	2.471.640,40	4,09	147.388,48	466.674,88	2.397.358,61	4,09	221.670,27	74.281,79
INFRA ESTRUTURA URBANA	2.910.000,00	183.200,00	-5.205,00	137.334,00	0,22	45.866,00		118.232,00	0,20	64.968,00	19.102,00
SERVICOS URBANOS	1.254.000,00	2.435.828,88	293.073,16	2.334.306,40	3,86	101.522,48	466.674,88	2.279.126,61	3,89	156.702,27	55.179,79
HABITAÇÃO	10.000,00										
HABITACAO URBANA	10.000,00										
SANEAMENTO	840.000,00	1.006.067,79	26.352,50	981.334,16	1,62	24.733,63	97.246,86	980.775,16	1,67	25.292,63	559,00
SANEAMENTO BASICO URBANO	840.000,00	1.006.067,79	26.352,50	981.334,16	1,62	24.733,63	97.246,86	980.775,16	1,67	25.292,63	559,00
GESTÃO AMBIENTAL	169.000,00	188.239,83	23.317,62	114.513,46	0,18	73.726,37	31.551,02	114.513,46	0,19	73.726,37	
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	149.000,00	188.239,83	23.317,62	114.513,46	0,18	73.726,37	31.551,02	114.513,46	0,19	73.726,37	
RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	20.000,00										
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA	868.000,00	2.026.429,99	112.092,30	1.284.148,06	2,12	742.281,93	247.768,72	1.282.995,93	2,19	743.434,06	1.152,13
ABASTECIMENTO	50.000,00	316.361,33				316.361,33				316.361,33	
EXTENSAO RURAL	618.000,00	1.119.778,66	112.092,30	695.858,06	1,15	423.920,60	192.378,72	694.705,93	1,18	425.072,73	1.152,13
PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	100.000,00										
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	100.000,00	590.290,00		588.290,00	0,97	2.000,00	55.390,00	588.290,00	1,00	2.000,00	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS	65.000,00										
TURISMO	65.000,00										
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
TRANSPORTE	5.892.000,00	4.581.358,90	207.608,46	4.556.834,23	7,55	24.524,67	326.696,52	4.526.282,75	7,73	55.076,15	30.551,48
TRANSPORTE AEREO	50.000,00										
TRANSPORTE RODOVIARIO	5.842.000,00	4.581.358,90	207.608,46	4.556.834,23	7,55	24.524,67	326.696,52	4.526.282,75	7,73	55.076,15	30.551,48
DESPORTO E LAZER	548.000,00	634.129,26	42.018,54	571.576,40	0,94	62.552,86	47.215,17	571.576,40	0,97	62.552,86	
DESPORTO COMUNITARIO	518.000,00	634.129,26	42.018,54	571.576,40	0,94	62.552,86	47.215,17	571.576,40	0,97	62.552,86	
DESPORTO DE RENDIMENTO	30.000,00										
ENCARGOS ESPECIAIS	847.000,00	386.856,51	-11.398,04	371.184,95	0,61	15.671,56	18.667,91	371.184,95	0,63	15.671,56	
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	635.000,00										
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	212.000,00	386.856,51	-11.398,04	371.184,95	0,61	15.671,56	18.667,91	371.184,95	0,63	15.671,56	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA											
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.255.000,00	1.409.614,57	363.927,93	1.407.711,73	2,33	1.902,84	364.332,08	1.407.711,73	2,40	1.902,84	
TOTAL (III) = (I + II)	65.500.000,00	66.267.564,00	9.145.497,40	60.352.367,11	100,00	5.915.196,89	12.426.003,27	58.552.343,00	100,00	7.715.221,00	1.800.024,11
INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.255.000,00	1.409.614,57	363.927,93	1.407.711,73	2,33	1.902,84	364.332,08	1.407.711,73	2,40	1.902,84	
LEGISLATIVA	30.000,00	35.413,30	9.490,71	35.413,30	0,05		9.490,71	35.413,30	0,06		
ACAO LEGISLATIVA	30.000,00	35.413,30	9.490,71	35.413,30	0,05		9.490,71	35.413,30	0,06		

Emissão: 27/03/2017 10:52:12

Data de processamento: 06/06/2017

Este documento foi assinado digitalmente. Para verificar sua autenticidade acesse o site: <http://www.tce.mt.gov.br/assinatura> e utilize o código KEQBTJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - NOVEMBRO a DEZEMBRO de 2016
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
ADMINISTRAÇÃO	152.000,00	157.664,33	37.711,58	157.207,71	0,26	456,62	38.115,73	157.207,71	0,26	456,62	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	42.000,00	60.691,36	14.176,76	60.234,74	0,09	456,62	14.176,76	60.234,74	0,10	456,62	
ADMINISTRACAO GERAL	80.000,00	72.297,96	16.565,38	72.297,96	0,11		16.969,53	72.297,96	0,12		
PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	30.000,00	24.675,01	6.969,44	24.675,01	0,04		6.969,44	24.675,01	0,04		
ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00	26.048,43	7.098,54	26.048,43	0,04		7.098,54	26.048,43	0,04		
ASSISTENCIA ESPECIAL	15.000,00	26.048,43	7.098,54	26.048,43	0,04		7.098,54	26.048,43	0,04		
SAÚDE	211.000,00	233.442,18	63.645,14	233.294,53	0,38	147,65	63.645,14	233.294,53	0,39	147,65	
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	140.000,00	144.890,86	37.379,21	144.890,86	0,24		37.379,21	144.890,86	0,24		
ATENCAO BASICA	35.000,00	43.920,64	14.075,84	43.772,99	0,07	147,65	14.075,84	43.772,99	0,07	147,65	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	36.000,00	44.630,68	12.190,09	44.630,68	0,07		12.190,09	44.630,68	0,07		
EDUCAÇÃO	763.000,00	881.460,81	225.859,51	881.460,81	1,46		225.859,51	881.460,81	1,50		
ENSINO FUNDAMENTAL	763.000,00	881.460,81	225.859,51	881.460,81	1,46		225.859,51	881.460,81	1,50		
URBANISMO	16.000,00	13.746,17	2.347,95	12.813,47	0,02	932,70	2.347,95	12.813,47	0,02	932,70	
SERVICOS URBANOS	16.000,00	13.746,17	2.347,95	12.813,47	0,02	932,70	2.347,95	12.813,47	0,02	932,70	
SANEAMENTO	10.000,00	10.504,49	1.844,35	10.138,62	0,01	365,87	1.844,35	10.138,62	0,01	365,87	
SANEAMENTO BASICO URBANO	10.000,00	10.504,49	1.844,35	10.138,62	0,01	365,87	1.844,35	10.138,62	0,01	365,87	
GESTÃO AMBIENTAL	6.000,00	6.403,60	1.930,89	6.403,60	0,01		1.930,89	6.403,60	0,01		
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	6.000,00	6.403,60	1.930,89	6.403,60	0,01		1.930,89	6.403,60	0,01		
AGRICULTURA	12.000,00	20.298,42	6.287,06	20.298,42	0,03		6.287,06	20.298,42	0,03		
EXTENSAO RURAL	12.000,00	20.298,42	6.287,06	20.298,42	0,03		6.287,06	20.298,42	0,03		
TRANSPORTE	28.000,00	17.940,26	6.538,37	17.940,26	0,02		6.538,37	17.940,26	0,03		
TRANSPORTE RODOVIARIO	28.000,00	17.940,26	6.538,37	17.940,26	0,02		6.538,37	17.940,26	0,03		
DESPORTO E LAZER	12.000,00	6.692,58	1.173,83	6.692,58	0,01		1.173,83	6.692,58	0,01		
DESPORTO COMUNITARIO	12.000,00	6.692,58	1.173,83	6.692,58	0,01		1.173,83	6.692,58	0,01		

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.764.263,79	5.790.056,14	4.560.862,07	6.233.917,42	5.501.757,32	5.973.447,64	5.309.832,00	5.367.837,87	4.214.756,09	4.996.286,87	6.754.035,12	9.333.744,44	69.800.796,77	66.319.000,00
Receita Tributária	125.078,83	325.105,72	234.453,49	197.141,13	178.843,88	180.295,01	240.102,98	70.370,65	135.167,17	253.915,38	117.260,81	116.105,99	2.173.841,04	4.044.000,00
IPTU						19.776,46	66.958,65	27.871,23	4.509,32	7.492,04	2.804,33		129.412,03	204.000,00
ISS	78.011,06	82.732,27	54.606,23	32.684,21	71.310,39	94.205,43	109.673,46	19.090,38	75.449,87	207.307,93	98.145,79	64.822,41	988.039,43	650.000,00
ITBI		77.275,79	14.523,20	45.152,99	5.266,64	7.110,20	11.396,12	6.536,79	42.037,74	8.031,37	7.258,37		224.589,21	180.000,00
IRRF	46.984,87	49.058,36	56.243,39	55.085,47	66.652,64	19.805,48	19.864,08	5.322,30	5.455,15	21.768,26	1.365,18	49.863,29	397.468,47	520.000,00
Outras Rec. Tributárias	82,90	116.039,30	109.080,67	64.218,46	35.614,21	39.397,44	32.210,67	11.549,95	7.715,09	9.315,78	7.687,14	1.420,29	434.331,90	2.490.000,00
Receita Contribuições		304.605,09	61.350,93	195.286,46	38.080,87	234.410,28	66.250,76	209.376,38	51.419,83	216.236,57	31.839,95	403.056,11	1.811.913,23	1.425.000,00
Receita Patrimonial	48.320,63	614.803,71	82.269,32	1.256.675,40	99.302,00	513.184,84	91.579,34	630.065,45	81.218,07	517.842,09	63.602,32	551.685,95	4.550.549,12	1.703.000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	10.568,59	23.724,21	11.048,93	5.542,55	5.406,56	9.607,66	25.138,67	13.954,20	18.925,26	7.593,50	897,37	3.840,85	136.248,35	330.000,00
Transferências Correntes	5.552.618,71	4.504.921,29	4.149.628,98	4.552.857,98	5.106.279,64	5.011.657,44	4.859.064,14	4.261.297,62	3.922.737,70	3.990.178,95	6.497.493,24	8.041.200,08	60.449.935,77	58.350.000,00
Cota Parte do FPM	1.322.436,69	1.654.794,33	1.004.152,84	1.193.722,05	1.587.362,20	1.311.418,33	1.454.188,81	1.179.115,94	958.856,84	1.163.951,53	2.123.613,18	2.611.383,31	17.564.996,05	16.950.000,00
Cota Parte do ICMS	1.422.905,18	717.221,47	857.505,54	925.481,93	895.827,87	1.056.024,24	857.155,55	754.597,85	887.637,67	781.467,61	1.436.724,98	1.030.050,57	11.732.600,46	10.800.000,00
Cota Parte do IPVA	35.842,74	85.667,23	104.132,11	95.630,30	108.400,10	94.053,67	110.619,40	69.681,69	50.079,41	48.331,91	42.383,24	38.808,87	883.630,67	655.000,00
Cota Parte do ITR	5.041,83	288,50	27.655,83	2.838,02	401,29	31.236,79	8.286,22	1.422,90	6.914,91	116.873,86	36.441,97	33.742,36	271.144,48	240.000,00
Transf. LC 87/1966	4.236,18	4.236,18	4.236,18	4.236,18	4.236,18	4.236,18	4.236,18	4.236,18	4.236,18	4.236,18	4.236,18	4.236,18	46.597,98	60.000,00
Transf. LC 61/1989														100.000,00
Transferências FUNDEB	1.763.705,68	1.174.738,11	1.154.265,95	1.271.502,33	1.461.937,14	1.061.304,21	1.311.864,81	1.234.323,76	1.124.534,92	976.216,73	1.951.238,78	1.816.316,58	16.301.949,00	16.330.000,00
Outras Transf. Correntes	998.450,41	867.975,47	997.680,53	1.059.447,17	1.048.114,86	1.453.384,02	997.713,17	1.022.155,48	890.477,77	899.101,13	902.854,91	2.506.662,21	13.649.017,13	13.215.000,00
Outras Receitas Correntes	27.677,03	16.896,12	22.110,42	26.413,90	73.844,37	24.292,41	27.696,11	182.773,57	5.288,06	10.520,38	42.941,43	217.855,46	678.309,26	467.000,00
DEDUÇÕES (II)	558.092,41	730.861,24	399.536,40	618.026,19	522.469,31	692.442,37	408.218,13	594.409,68	381.544,94	609.347,59	728.798,20	1.107.423,00	7.351.169,46	7.046.000,00
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.		238.419,79		173.644,60		193.048,64		192.598,86		186.375,48		372.555,63	1.356.643,00	1.285.000,00
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	558.092,41	492.441,45	399.536,40	444.381,59	522.469,31	499.393,73	408.218,13	401.810,82	381.544,94	422.972,11	728.798,20	734.867,37	5.994.526,46	5.761.000,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	5.206.171,38	5.059.194,90	4.161.325,67	5.615.891,23	4.979.288,01	5.281.005,27	4.901.613,87	4.773.428,19	3.833.211,15	4.386.939,28	6.025.236,92	8.226.321,44	62.449.627,31	59.273.000,00

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE COLNIZA
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 PREVI-COLNIZA
 ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO À DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.700.000,00	2.700.000,00	4.893.139,54	
RECEITAS CORRENTES	2.700.000,00	2.700.000,00	4.893.139,54	
Receita de Contribuições dos Segurados	1.285.000,00	1.285.000,00	1.356.643,00	
Pessoal Civil	1.285.000,00	1.285.000,00	1.356.643,00	
Ativo	1.285.000,00	1.285.000,00	1.356.643,00	
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	1.402.000,00	1.402.000,00	3.536.496,54	
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	1.402.000,00	1.402.000,00	3.536.496,54	
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	13.000,00	13.000,00		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes	13.000,00	13.000,00		
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
() DEDUÇÕES DA RECEITA				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.300.000,00	1.300.000,00	1.609.379,63	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	4.000.000,00	4.000.000,00	6.502.519,17	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (IV)	4.000.000,00	4.000.000,00	736.666,02		736.666,02			
ADMINISTRAÇÃO								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA	4.000.000,00	4.000.000,00	736.666,02		736.666,02			
Pessoal Civil	647.000,00	757.000,00	598.929,19		598.929,19			
Aposentadorias	215.000,00	260.000,00	224.890,84		224.890,84			
Pensões	135.000,00	185.000,00	133.787,25		133.787,25			
Outros Benefícios Previdenciários	297.000,00	312.000,00	240.251,10		240.251,10			
Pessoal Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias								

Emissão: 27/03/2017 10:53:35

Page 1 de 3



GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PREVI-COLNIZA
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II)								R\$ 1,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	4.000.000,00	4.000.000,00	736.666,02		736.666,02			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			5.765.853,15		5.765.853,15			

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	RECEITAS REALIZADAS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	284.991,79
Plano Financeiro	278.605,91
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	278.605,91
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	6.385,88
Recursos para Cobertura de Déficit	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	6.385,88
Outros Aportes para o RPPS	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS	20.386.036,66	
OUTROS BENS E DIREITOS		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.292.000,00	1.292.000,00	1.588.958,39	
Receita de Contribuições	1.292.000,00	1.292.000,00	1.588.958,39	
Patronal	1.206.000,00	1.206.000,00	1.295.769,35	
Pessoal Civil	1.206.000,00	1.206.000,00	1.295.769,35	
Ativo	1.206.000,00	1.206.000,00	1.295.769,35	
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar				
Ativo				
Inativo				
Militar				
Para Cobertura de Déficit Atuarial	86.000,00	86.000,00	285.736,80	



GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PREVI-COLNIZA
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

Em Regime de Débitos e Parcelamentos					7.452,24				
Receita Patrimonial									
Receita de Serviços									
Outras Receitas Correntes									
RECEITAS DE CAPITAL (IX)									
Alienação de Bens									
Amortização de Empréstimos									
Outras Receitas de Capital									
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)									
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)		1.292.000,00		1.292.000,00		1.588.958,39			0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	
ADMINISTRAÇÃO (XII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)									

Fonte: PREVI-COLNIZA

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretário de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2015 (a)	em 31/OUT/2016 (b)	em 31/DEZ/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	122.603,56	96.402,30	92.004,66
DEDUÇÕES (II)	3.532.531,99	5.954.135,30	6.957.551,69
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.535.919,05	7.685.377,26	7.043.929,82
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.003.387,06	1.731.241,96	86.378,13
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.409.928,43	-5.857.733,00	-6.865.547,03
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	122.603,56	96.402,30	92.004,66
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-3.532.531,99	-5.954.135,30	-6.957.551,69

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-1.003.416,39	-3.425.019,70

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA ³	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	em 31/DEZ/2015 (a)	em 31/OUT/2016 (b)	em 31/DEZ/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	19.664.437,07	19.664.437,07	19.664.437,07
Passivo Atuarial	19.664.437,07	19.664.437,07	19.664.437,07
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)	14.620.183,51	19.250.712,28	20.386.036,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.060,92	4.632.589,69	5.767.914,07
Investimentos	14.618.122,59	14.618.122,59	14.618.122,59
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	5.044.253,56	413.724,79	-721.599,59
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	5.044.253,56	413.724,79	-721.599,59

Fonte: PREVI-COLNIZA

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	60.147.000,00	60.859.878,12	50.232.362,61
Receitas Tributárias	4.030.000,00	2.178.753,75	2.305.093,39
IPTU	190.000,00	134.324,74	214.268,75
ISS	650.000,00	988.039,43	890.636,23
ITBI	180.000,00	224.589,21	138.812,03
IRRF	520.000,00	397.468,47	583.100,45
Outras Receitas Tributárias	2.490.000,00	434.331,90	478.275,93
Receitas de Contribuições	2.717.000,00	3.400.871,62	141.448,84
Receitas Previdenciárias	2.577.000,00	2.945.601,39	
Outras Receitas de Contribuições	140.000,00	455.270,23	141.448,84
Receita Patrimonial Líquida			
Receita Patrimonial	1.703.000,00	4.550.549,12	609.486,87
(-) Aplicações Financeiras	1.703.000,00	4.550.549,12	609.486,87
Transferências Correntes	52.603.000,00	54.465.695,14	47.205.510,72
FPM	13.560.000,00	14.161.452,98	12.816.294,49
ICMS	8.640.000,00	9.386.080,61	7.546.133,18
Convênios	760.000,00	653.238,60	663.776,74
Outras Transferências Correntes	29.643.000,00	30.264.922,95	26.179.306,31
Demais Receitas Correntes	797.000,00	814.557,61	580.309,66
Dívida Ativa	270.000,00	72.346,11	127.020,93
Diversas Receitas Correntes	527.000,00	742.211,50	453.288,73
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.670.000,00	2.130.788,31	2.452.520,00
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital	3.670.000,00	1.701.340,06	2.452.520,00
Convênios	2.000.000,00	1.295.883,28	
Outras Transferências de Capital	1.670.000,00	405.456,78	2.452.520,00
Outras Receitas de Capital		429.448,25	
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	3.670.000,00	2.130.788,31	2.452.520,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	63.817.000,00	62.990.666,43	52.684.882,61

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	57.108.806,63	55.276.199,33	70.619,12	54.774.031,70	65.619,12	502.167,63	5.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	33.843.422,23	33.105.626,93		33.105.626,93			
Juros e Encargos da Dívida (IX)	21.267,33	21.267,33		21.267,33			
Outras Despesas Correntes	23.244.117,07	22.149.305,07	70.619,12	21.647.137,44	65.619,12	502.167,63	5.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	57.087.539,30	55.254.932,00	70.619,12	54.752.764,37	65.619,12	502.167,63	5.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.144.257,37	5.076.167,78	2.096.750,15	3.778.311,30	1.326.393,28	1.297.856,48	770.356,87
Investimentos	5.778.668,19	4.726.250,16	2.096.750,15	3.428.393,68	1.326.393,28	1.297.856,48	770.356,87
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	365.589,18	349.917,62		349.917,62			
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.778.668,19	4.726.250,16	2.096.750,15	3.428.393,68	1.326.393,28	1.297.856,48	770.356,87
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	3.014.500,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	65.880.707,49	59.981.182,16	2.167.369,27	58.181.158,05	1.392.012,40	1.800.024,11	775.356,87

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.063.707,49	3.009.484,27	50.517.513,34	4.809.508,38	51.292.870,21		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretário de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PREFEITURA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	1.460.980,22	3.340.940,50	3.235.904,25	1.704.620,28	- 138.603,81	1.622.242,72	2.165.422,14	- 12.701,78	1.501.617,21	1.900.741,53	385.306,12	246.702,31
Executivo	1.460.980,22	3.340.940,50	3.235.904,25	1.704.620,28	- 138.603,81	1.599.690,52	2.088.052,76	- 80.466,98	1.433.852,01	1.868.585,15	385.306,12	246.702,31
GABINETE DO PREFEITO	10.486,09	127.642,68	115.928,96	22.199,81		342,00	175.864,77	12.352,59	69.234,55	3.675,33	103.296,89	103.296,89
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO	20.943,00	92.254,28	95.124,79	18.072,49			16.297,00	- 1.773,99	16.297,00			
Órgão sem referência cadastral	6.856,20	92.698,12	88.823,15	10.731,17		7.879,74	20.264,00	9.268,83	20.000,00	8.143,74		
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	32.053,88	122.927,43	118.635,87	36.345,44		6.778,12	23.588,41	- 12.776,69	23.568,75	6.797,78		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	287.415,74	1.190.005,53	1.190.005,53	289.264,31	- 1.848,57	1.017.682,74	79.574,53	- 175.503,97	111.911,77	983.496,93	1.848,57	
Órgão sem referência cadastral	23.779,69	26.283,77	26.283,77	23.779,69		3.754,63		- 23.779,69		3.754,63		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	183.513,90	1.047.085,51	959.389,38	407.965,27	- 136.755,24	73.881,74	1.755.130,76	994.708,04	1.179.539,94	372.439,19	277.033,37	140.278,13
Órgão sem referência cadastral	16.727,16	100.339,74	100.339,74	16.727,16		16.296,02		- 16.727,16		16.296,02		
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ASSITENCIA F	29.854,74	41.851,15	41.851,15	29.854,74		366.247,88	906,00	- 29.854,74		367.153,88		
Órgão sem referência cadastral	1.067,50	1.787,11	1.787,11	1.067,50		700,00		- 1.067,50		700,00		
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	722.428,96	498.065,18	497.734,80	722.759,34		91.981,63	13.300,00	- 709.459,34	13.300,00	91.981,63		
Órgão sem referência cadastral	71.262,59			71.262,59		7.780,11	3.127,29	- 71.262,59		7.780,11	3.127,29	3.127,29
Órgão sem referência cadastral	2.152,78			2.152,78		2.280,00		- 2.152,78		2.280,00		
Órgão sem referência cadastral	52.437,99			52.437,99		4.085,91		- 52.437,99		4.085,91		
Legislativo						22.552,20	77.369,38	67.765,20	67.765,20	32.156,38		
Órgão sem referência cadastral						22.552,20	77.369,38	67.765,20	67.765,20	32.156,38		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	125.475,37	179.364,78	179.324,78	125.515,37				- 117.582,13				
Executivo	125.475,37	179.364,78	179.324,78	125.515,37				- 117.582,13				
GABINETE DO PREFEITO	2.496,65	2.288,88	2.288,88	2.496,65				- 2.496,65				
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO	899,30	4.277,27	4.277,27	899,30				- 899,30				
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	6.630,38	6.436,07	6.436,07	6.630,38				- 6.630,38				
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	8.486,84	7.295,62	7.295,62	8.486,84				- 8.486,84				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	73.398,93	115.480,76	115.440,76	73.438,93				- 65.570,25				
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER	564,44	1.491,28	1.491,28	564,44				- 564,44				
Órgão sem referência cadastral	21.313,51	30.653,79	30.653,79	21.313,51				- 21.313,51				
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇAO SOCIAL	3.170,01	3.557,20	3.557,20	3.170,01				- 3.170,01				
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ASSITENCIA F	1.006,69	2.220,99	2.220,99	1.006,69				- 942,13				
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	1.051,44	675,78	675,78	1.051,44				- 1.051,44				
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	1.007,19	4.987,14	4.987,14	1.007,19				- 1.007,19				
Órgão sem referência cadastral	4.156,76			4.156,76				- 4.156,76				



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PREFEITURA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á DEZEMBRO 2016 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

Órgão sem referência cadastral	359,58			359,58				- 359,58				
Órgão sem referência cadastral	933,65			933,65				- 933,65				
TOTAL (III) = (I + II)	1.586.455,59	3.520.305,28	3.415.229,03	1.830.135,65	- 138.603,81	1.622.242,72	2.165.422,14	- 130.283,91	1.501.617,21	1.900.741,53	385.306,12	246.702,31

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/Bimestre NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72)

R\$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.280.000,00	1.280.000,00	1.412.566,68	110,36%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	424.000,00	424.000,00	187.670,89	44,26%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	190.000,00	190.000,00	134.324,74	70,70%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.000,00	3.000,00	4.263,52	142,12%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	40.502,53	20,25%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	45.000,00	45.000,00	13.492,81	29,98%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	(14.000,00)	(14.000,00)	(4.912,71)	(35,09)%
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	180.000,00	180.000,00	224.589,21	124,77%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	180.000,00	180.000,00	224.589,21	124,77%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	676.000,00	676.000,00	999.714,47	147,89%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	650.000,00	650.000,00	988.039,43	152,01%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	892,05	89,21%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	8.608,46	57,39%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	2.174,53	21,75%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	592,11	
1.5.1 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	592,11	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	28.805.000,00	28.805.000,00	30.498.969,64	105,88%
2.1- Cota-Parte FPM	16.950.000,00	16.950.000,00	17.564.996,05	103,63%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.950.000,00	16.950.000,00	17.564.996,05	103,63%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	10.800.000,00	10.800.000,00	11.732.600,46	108,64%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	60.000,00	60.000,00	46.597,98	77,66%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	0,00	
2.5- Cota-Parte ITR	240.000,00	240.000,00	271.144,48	112,98%
2.6- Cota-Parte IPVA	655.000,00	655.000,00	883.630,67	134,91%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	30.085.000,00	30.085.000,00	31.911.536,32	106,07%
Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.761.000,00	1.761.000,00	1.832.790,57	104,08%
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.140.000,00	1.140.000,00	976.721,12	85,68%
5.2- Transferências Diretas - PDDE				



GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/Bimestre NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72)					R\$1,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	452.000,00	452.000,00	475.956,18	105,30%	
5.4- Transferências Diretas - PNATE	169.000,00	169.000,00	152.278,52	90,11%	
5.5- Outras Transferências do FNDE			227.834,75		
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE					
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	740.000,00	740.000,00	653.238,60	88,28%	
6.1- Transferência de Convênios	740.000,00	740.000,00	653.238,60	88,28%	
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.277.000,00	3.277.000,00	2.548.902,70	77,78%	
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	5.778.000,00	5.778.000,00	5.034.931,87	87,14%	

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.761.000,00	5.761.000,00	5.989.153,34	103,96%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.390.000,00	3.390.000,00	3.403.543,07	100,40%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.160.000,00	2.160.000,00	2.346.519,85	108,64%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	10.166,76	84,72%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00		
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	48.000,00	48.000,00	54.347,18	113,22%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	131.000,00	131.000,00	174.576,48	133,26%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	16.330.000,00	16.330.000,00	16.301.949,00	99,83%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	16.330.000,00	16.330.000,00	16.301.949,00	99,83%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB				
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	10.569.000,00	10.569.000,00	10.312.795,66	97,58%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/Bimestre NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72)

R\$1,00

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁷ (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							
13.1- Com Educação Infantil							
13.2- Com Ensino Fundamental							
14- OUTRAS DESPESAS							
14.1- Com Educação Infantil							
14.2- Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00			0,00		0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB**VALOR**

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 60%							
16.2 - FUNDEB 40%							
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							
17.1 - FUNDEB 60%							
17.2 - FUNDEB 40%							
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							

INDICADORES DO FUNDEB**VALOR**

19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)							
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério ¹ ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %							0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %							0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							100,00%

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE**VALOR**

20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²							0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

Receita com Ações Típicas de MDE	Previsão Inicial		Previsão Atualizada (a)		Receitas Realizadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁷ (i)
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		7.521.250,00	7.521.250,00		7.977.884,08		106,07%
Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		
23- EDUCAÇÃO INFANTIL			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.555.000,00	1.544.148,08	1.279.889,37	82,89%	504.003,31	32,64%	775.886,06
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.555.000,00	1.544.148,08	1.279.889,37	82,89%	504.003,31	32,64%	775.886,06
24- ENSINO FUNDAMENTAL							
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	20.649.000,00	22.589.606,13	22.168.295,50	98,13%	21.674.959,45	95,95%	493.336,05
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	20.649.000,00	22.589.606,13	22.168.295,50	98,13%	21.674.959,45	95,95%	493.336,05
25- ENSINO MÉDIO							
26- ENSINO SUPERIOR	30.000,00			0,00%			



GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/Bimestre NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R\$1,00

27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	20.000,00			0,00%			
28- OUTRAS	799.000,00	1.007.895,96	1.007.891,70	100,00%	983.712,70	97,60%	24.179,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	23.053.000,00	25.141.650,17	24.456.076,57	97,27%	23.162.675,46	92,13%	1.293.401,11

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							10.312.795,66
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							1.450.948,10
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)							0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36) ⁶							11.763.743,76
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37)) ⁶							10.415.219,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % ⁶							32,64

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁷ (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				0,00%		0,00%	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)				0,00%		0,00%	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	23.053.000,00	25.141.650,17	24.456.076,57	97,27%	23.162.675,46	92,13%	1.293.401,11

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		16.301.949,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00
49.1- Orçamento do Exercício		0,00
49.2- Restos a Pagar		0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		16.301.949,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

3 Caput do artigo 212 da CF/1988

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre



GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/Bimestre NOVENBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72)

R\$1,00

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	6.144.257,37	5.076.167,78	3.778.311,30	1.297.856,48	1.068.089,59
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	6.144.257,37	5.076.167,78	3.778.311,30	1.297.856,48	1.068.089,59
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-6.144.257,37	-5.076.167,78			-1.068.089,59

Fonte: MUNICÍPIO DE COLNIZA

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE JANEIRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exercício anterior) + (c)
0000				

Fonte: Município de COLNIZA

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / 2016

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III),

R\$1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis Rendimentos de Aplicação Financeira							
DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (e)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (f)	Saldo a Pagar (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) Despesas de Capital Investimentos Inversões Financeiras Amortização da Dívida Despesas Correntes dos Regimes de Previdência Regime Geral de Previdência Social Regime Próprio dos Servidores Públicos							
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2015 (h)	2016 (i) = (Ib - (IIe + IIIf))					SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)							



GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.909.000,00	1.909.000,00	1.854.570,16	97,15%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	190.000,00	190.000,00	134.324,74	70,70%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	180.000,00	180.000,00	224.589,21	124,77%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	650.000,00	650.000,00	988.039,43	152,01%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	520.000,00	520.000,00	397.468,47	76,44%
Imposto Territorial Rural - ITR			592,11	59.211,00%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	24.000,00	24.000,00	13.961,03	58,17%
Dívida Ativa dos Impostos	270.000,00	270.000,00	72.346,11	26,79%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	75.000,00	75.000,00	23.249,06	31,00%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	29.366.000,00	29.366.000,00	31.554.511,66	107,45%
Cota-Parte FPM	16.950.000,00	16.950.000,00	17.564.996,05	103,63%
Cota-Parte ITR	240.000,00	240.000,00	271.144,48	112,98%
Cota-Parte IPVA	655.000,00	655.000,00	883.630,67	134,91%
Cota-Parte ICMS	10.800.000,00	10.800.000,00	11.732.600,46	108,64%
Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				
Desoneração ICMS (LC 87/96)	60.000,00	60.000,00	46.597,98	77,66%
Outras	561.000,00	561.000,00	1.055.542,02	188,15%
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	31.275.000,00	31.275.000,00	33.409.081,82	106,82%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.053.000,00	5.053.000,00	5.487.167,59	108,59%
Provenientes da União	4.510.000,00	4.510.000,00	4.723.041,86	104,72%
Provenientes dos Estados	543.000,00	543.000,00	764.125,73	140,72%
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.866.000,00	1.866.000,00	1.133.605,52	60,75%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.919.000,00	6.919.000,00	6.620.773,11	95,69%

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados 7
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	11.422.100,00	19.034.696,05	13.840.840,03	72,71%	13.514.843,54	71,00%	12.103.849,21
Pessoal e Encargos Sociais	5.741.500,00	7.815.743,45	6.496.134,50	83,12%	6.496.134,50	83,12%	3.551.834,95
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	5.680.600,00	11.218.952,60	7.344.705,53	65,47%	7.018.709,04	62,56%	8.552.014,26
DESPESAS DE CAPITAL	1.028.900,00	2.788.277,92	964.958,98	34,61%	930.759,38	33,38%	1.151.575,33
Investimentos	1.028.900,00	2.788.277,92	964.958,98	34,61%	930.759,38	33,38%	1.151.575,33
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	12.451.000,00	21.822.973,97	14.805.799,01	67,85%	14.445.602,92	66,19%	13.255.424,54

Emissão: 27/03/2017 11:03:40

Page 1 de 3

Homolog

Data de processamento: 06/06/2017

Este documento foi assinado digitalmente. Para verificar sua autenticidade acesse o site: <http://www.tce.mt.gov.br/assinatura> e utilize o código KEQBTJ.

Página 130 de 135



GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados ⁷
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.608.000,00	11.861.846,40	8.177.988,25	55,24%	8.004.009,66	55,41%	6.817.042,86
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS							
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	6.608.000,00	11.861.846,40	8.177.988,25	55,24%	8.004.009,66	55,41%	6.817.042,86
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.608.000,00	11.861.846,40	8.177.988,25	55,24%	8.004.009,66	55,41%	6.817.042,86
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.843.000,00	9.961.127,57	6.627.810,76		6.441.593,26		6.438.381,68

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI/(h ou i) / IIIb x 100) ⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% ⁴ e ⁵	19,28%
--	--------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100]	1.430.230,99
---	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	391.613,00				1.430.230,99
Inscritos em 2015					
Inscritos em 2014					
Inscritos em 2013					
Inscritos em 2012					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2012					
Total	391.613,00				1.430.230,99

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012			

Emissão: 27/03/2017 11:03:40

Page 2 de 3

Homolog



GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2012

Total(VIII)			
--------------------	--	--	--

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em 2011			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2011			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados ⁷
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	3.640.800,00	6.677.895,13	3.774.793,73	25,50%	3.683.838,56	25,50%	833.454,73
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.300.200,00	11.432.473,88	9.141.074,81	61,74%	8.943.253,95	61,91%	6.151.886,90
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária							
Vigilância Epidemiológica	1.010.000,00	1.975.562,64	1.452.300,69	9,81%	1.419.662,99	9,83%	5.287.407,74
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	500.000,00	1.737.042,32	437.629,78	2,96%	398.847,42	2,76%	982.675,17
TOTAL	12.451.000,00	21.822.973,97	14.805.799,01	100,00%	14.445.602,92	100,00%	13.255.424,54

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretário de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT

CNPJ: 04213687000102

AVENIDA0000033CENTRO

Telefone 06635711000

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2016 - 6º Bimestre - Nov/Dez

ESVANDIR ANTONIO MENDES
PREFEITO

ADEMIR DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO FOGAÇA SALDANHA
CONTADOR/CRC-MT 017281/O-8



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, Art. 48 – Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		65.514.000,00		
Previsão Atualizada		65.514.000,00		
Receitas Realizadas		67.556.724,08		
Déficit Orçamentário		9.004.381,08		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				
DESPESAS				
Dotação Inicial		65.500.000,00		
Créditos Adicionais		767.564,00		
Dotação Atualizada		66.267.564,00		
Despesas Empenhadas		60.352.367,11		
Despesas Liquidadas		58.552.343,00		
Despesas Pagas		57.807.488,79		
Superávit Orçamentário		9.004.381,08		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		60.352.367,11		
Despesas Liquidadas		58.552.343,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		62.449.627,31		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)				
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		6.502.519,17		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		736.666,02		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		5.765.853,15		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal			-3.425.019,70	-970%
Resultado Primário			3.009.484,27	0%
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo		5.106.760,87	1.830.112,28	3.415.229,03
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
Poder Executivo		3.687.743,28	1.870.781,83	1.433.852,01
Poder Legislativo		99.921,58	32.156,38	67.765,20
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL		8.894.425,73	3.733.050,49	4.916.846,24
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento		10.415.219,00	25,00 %	32,64 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fu			0,00 %	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação			0,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB			0,00 %	0,00 %
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar	
Receita de Operação de Crédito			0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida			5.076.167,78	1.068.089,59
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Desp. com Ações e Serviços Públicos de Saúde Exec. com Rec. de Impostos		6.627.810,76	15,00 %	19,84 %
DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE		
Total das Despesas / RCL (%)				

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

ESVANDIR ANTONIO MENDES
Prefeito (a)

ADEMIR DA SILVA
Secretario de Finanças

MARCELO FOGACA SALDANHA
Contador(a)